



# CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1 - - - - **ATA N.º 22/2020** – Reunião ordinária da Câmara Municipal de Gouveia,  
2 realizada no dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte.

3 - - - - Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte,  
4 pelas quinze horas e trinta minutos, por videoconferência, como determina o  
5 art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação dada pela Lei n.º  
6 28/2020, de 28 de junho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de  
7 Gouveia, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem do Dia.

## 8 **I - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

9 **1.** Aprovação da Ata n.º 21/2020

10 **2.** Informações do Senhor Presidente e Intervenções dos Senhores Vereadores

11 **3.** Expediente

## 12 **II - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”**

### 13 **4. DELIBERAÇÕES**

14 **4.1** Discussão e votação da proposta de Lançamento de Derrama para o ano  
15 de 2021

16 **4.2** Discussão e votação da proposta de Fixação do IMI - Imposto Municipal  
17 sobre Imóveis para o ano de 2021

18 **4.3** Discussão e votação da proposta relativa à Participação Variável do  
19 Município de Gouveia no IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas  
20 Singulares

21 **4.4** Discussão e votação da proposta de Fixação da TMDP – Taxa Municipal de  
22 Direitos de Passagem para o ano de 2021

23 **4.5** Discussão e votação da proposta de Orçamento, PPI, Atividades Mais  
24 Relevantes e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia para  
25 o ano de 2021

26 **4.6** Discussão e votação da proposta de aprovação do Regulamento Municipal  
27 de Incentivo à Produção de Ovinos Serra da Estrela e Caprinos do concelho de  
28 Gouveia

29 **4.7** Discussão e votação da proposta de aquisição de passes escolares para  
30 transporte de alunos durante o ano letivo 2020/2021



## **CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA**

31 **4.8** Discussão e votação da proposta de celebração de Protocolo de Parceria  
32 entre o Município de Gouveia e a ASTA - Teatro e outras Artes

33 **4.9** Discussão e votação da proposta de aceitação de doação de dois  
34 desenhos a tinta da china de João Abel Manta

35 **4.10** Discussão e votação da proposta de aquisição de pintura a óleo de Abel  
36 Manta "Paisagem, 1945"

37 **4.11** Discussão e votação da proposta de isenção/redução do pagamento das  
38 taxas do estabelecimento Hotel Monteneve relativo a dois lugares de  
39 estacionamento

### **40 5. OBRAS**

41 **5.1** Aprovação de projeto de arquitetura

42 **5.2** Aprovação de projeto global

43 **5.3** Declaração de caducidade

### **44 6. RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA**

#### **45 III. PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO"**

46 - - - - Encontravam-se presentes os Excelentíssimos(as) Senhores(as) Luís  
47 Manuel Tadeu Marques, Presidente, João Paulo Mendes Agra, Dina Maria  
48 Abrantes Cabral, Teresa Maria Borges Cardoso, Maria Conceição Castro  
49 Salvador, Jorge Abrantes Cardoso Ferreira, José Nuno Ribeiro Saraiva Silva  
50 Santos, Vereadores, comigo Carla Maria Caramelo Henriques Braz, Assistente  
51 Técnica.

52 - - - - Verificando-se que a Câmara estava reunida em número legal suficiente  
53 para deliberar, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.

#### **54 I - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"**

55 - - - - **1. APROVAÇÃO DE ATAS:-** Tendo-se procedido à leitura da ata n.º  
56 21/2020, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

#### **57 2. INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E INTERVENÇÕES DOS 58 SENHORES VEREADORES**

##### **59 2.1) INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE**

60 - - - - **2.1.1) SITUAÇÃO DO CONCELHO DE GOUVEIA EM RELAÇÃO À  
61 PANDEMIA COVID-19:-** Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que o



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

62 trabalho que a Câmara está a desenvolver em relação ao combate à Covid-19,  
63 neste momento, é reforçado com a aquisição de testes rápidos que, em  
64 colaboração com enfermeiros do concelho, vão permitir realizar um trabalho de  
65 rastreio em diversos pontos.

66 Para além disso, estão em articulação com todas as IPSS para que, para além  
67 de continuarem a pôr em prática as medidas de prevenção e distanciamento  
68 social, o vírus não entre nessas instituições. Mas o que mais têm apelado é  
69 para a importância da realização do trabalho em espelho.

70 Aquilo que propõem fazer é o realizar de testes aos trabalhadores que vão  
71 entrar nos lares, em espelho, para que se tenha a noção da situação em que  
72 se encontram e estar seguros de que os trabalhadores que vão entrar não  
73 estão infetados, para segurança de todos, desde logo, dos utentes, mas  
74 também elas próprias e as suas famílias, que é necessário precaver.

75 - - - - **2.1.2) “AUTARQUIA + FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL”**:- Informou  
76 que o Município de Gouveia, pelo oitavo ano consecutivo, voltou a ser  
77 reconhecido como “Autarquia + Familiarmente Responsável” em 2020, uma  
78 distinção atribuída anualmente pelo Observatório de Autarquias Familiarmente  
79 Responsáveis.

80 Esta distinção premeia o trabalho do Município nesta área em prol das famílias  
81 de Gouveia e que, de ano para ano, tem merecido o reconhecimento por parte  
82 deste Observatório.

83 Significa, portanto, que estão a prestar um trabalho digno e correto de apoio às  
84 nossas populações e é essa a intenção deste executivo. É assim que vão  
85 continuar no próximo ano com todo este esforço e investimento para que as  
86 nossas famílias possam ser o mais possível ajudadas.

### 87 **2.2) INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA CONCEIÇÃO SALVADOR**

88 - - - - **2.2.1) PONTO DE SITUAÇÃO DA COVID-19**:- Pretendia informação  
89 relativamente aos números atuais. No dia anterior, nas redes sociais do  
90 Município estavam contabilizados 45 casos ativos, sendo que 10 deles são  
91 pessoas que não residem no concelho, apesar de aqui terem a morada ou  
92 médico de família. Estes dados ainda estão atuais ou há novos números.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

93 Por outro lado, pretendia saber se o concelho tem situações contrárias destas,  
94 ou seja, situações inversas, pessoas que estão cá a residir e estão a contar  
95 para outros concelhos.

96 Ainda em relação à Covid-19, o Senhor Presidente referiu que estão em  
97 articulação com as várias IPSS para que sejam respeitadas as normas de  
98 protecção, concorda, pois é importante que isso aconteça, o Senhor Presidente  
99 recomendou o trabalho em espelho e falou ainda que já alguém já estava a  
100 trabalhar nesse modelo.

101 Sabem que na primeira vaga foram feitos testes em instituições por parte da  
102 Câmara a pessoas que não estavam a trabalhar nesse modelo, o que deixa de  
103 ser completamente eficaz, pretendia saber se as IPSS estão conscientes que  
104 não terão testes feitos por parte da Câmara se não estiverem a trabalhar neste  
105 modelo.

106 No que diz respeito à testagem pretendia saber quais são os critérios adotados  
107 para a realização de testes, uma vez que se tem apercebido, nestes últimos  
108 focos que surgiram em Gouveia, que há pessoas que foram testadas através  
109 da ULS, há pessoas que são encaminhadas para laboratórios através da  
110 prescrição do médico de família ou outro médico, e há pessoas que estão a ser  
111 testadas por iniciativa da Câmara. Pretendia saber o que determina estes três  
112 modelos de testagem.

113 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, no que diz respeito aos  
114 critérios para contabilização dos infetados, descobriram que são utilizados mais  
115 do que um critério e chega a um ponto em que a saúde já nem sabe quantos  
116 critérios utiliza. De seguida concedeu a palavra ao Senhor Vereador Jorge  
117 Ferreira para fazer uma explanação do assunto uma vez que é quem está mais  
118 diretamente ligado com a parte da saúde.

119 Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira informando que, desde a  
120 última reunião de Câmara, de 12 de novembro, a situação do concelho de  
121 Gouveia alterou-se significativamente. No dia 12 de novembro, existia um  
122 acumulado de 61 casos no concelho de Gouveia, com 17 casos ativos. O que é  
123 um facto é que, de acordo com o Relatório da ULS de 24 de novembro,



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

124 passaram para um total de 97 casos acumulados e 45 casos ativos. Destacou,  
125 contudo, os 46 casos recuperados.

126 Como referiu o Senhor Presidente, os critérios são algo estranhos, pois entram  
127 na listagem, pelo menos, 7 pessoas do concelho de Seia e que estão nos  
128 nossos números, porque o seu médico de família é de Gouveia. Pessoas que  
129 estão fora do concelho e acabam por ser contabilizadas no relatório de  
130 Gouveia.

131 Inversamente, curiosamente, não acontece assim, temos vários gouveenses  
132 espalhados pelo País e quando eles ficam positivos eles aqui caem, raramente  
133 isso não acontece, mas já tivemos situações em que isso aconteceu.

134 Deixou registado uma nota, se formos analisar situações que temos  
135 acompanhado e os últimos surtos que têm acompanhado notamos que são  
136 resultado de situações de convívios, de realização de merendas, situações que  
137 não são compagináveis com a situação que se está a viver no momento. As  
138 pessoas teimam em continuar a fazê-lo e isso é preocupante. Temos procurado  
139 alertar, e todos têm que fazer o esforço de alertar e fazer ver que não estão em  
140 altura de continuar com esse tipo de comportamentos.

141 Quanto às IPSS, tal como o Senhor Presidente informou, há uma IPSS que  
142 está a trabalhar em “espelho” e contactou a Câmara para que o próximo  
143 conjunto de trabalhadores que vão entrar ao serviço fosse testado, com testes  
144 rápidos do Município, o que foi feito na terça-feira de manhã.

145 Têm a comunicação pronta para enviar a todas as IPSS a informar que a  
146 Câmara está disponível para cumprir com aquilo que já tinham informado em  
147 reuniões passadas, ou seja, caso as equipas estejam a trabalhar em “espelho”  
148 a Câmara dará essa possibilidade de realizar os testes. Só ainda não  
149 avançaram com a comunicação, porque dos 300 testes adquiridos, no sábado  
150 fizeram 160, entretanto, naquele dia, em Vila Nova de Tazem, iam ser feitos 50,  
151 apenas ficam a sobrar 25 testes. Já fizeram uma nova encomenda que chegará  
152 amanhã, pelo que, ainda naquele dia, ou no dia seguinte, será enviada essa  
153 mensagem para as IPSS no sentido de dar esta possibilidade de realização de  
154 testes aos trabalhadores que trabalham em “espelho”.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

155 Quanto aos critérios para testagem, o que tem acontecido é que essa  
156 realização de testes é feita em articulação com a saúde e os nossos testes não  
157 se sobrepõem aos testes da saúde. No fundo - e a saúde agradece esta  
158 colaboração, ainda naquele dia, para além dos bombeiros de Gouveia,  
159 testaram, pelo menos, 4 pessoas que foram sinalizadas pelos enfermeiros da  
160 saúde local – sabemos que, nestes últimos tempos em que os números têm  
161 aumento significativamente, os dois enfermeiros que estão com esta tarefa de  
162 sinalização, realização de contacto com os infetados e a percorrer toda a rede  
163 de contactos, é uma situação que demora muito tempo. Todo o inquérito  
164 epidemiológico e marcação de testes, muitas vezes, levam a que decorra  
165 muitas vezes cerca de uma semana sem que as pessoas sejam testadas. E,  
166 desse modo, solicitam que a Câmara faça estes testes rápidos logo que  
167 possível, porque o teste é aconselhável fazê-lo entre o 4.º e 5.º dia após o  
168 contacto com a pessoa infectada, e aquilo que estão a fazer é exatamente isso.  
169 O teste, se positivo, é garantida uma probabilidade de 100%, no caso de ser  
170 negativo o grau de eficácia não é tão elevado, mas ronda um grau de eficácia  
171 de 97%. Há sempre a possibilidade de ser negativo naquele dia, mas acabar  
172 por positivar passados dois a três dias. Aquilo que é dito às pessoas é que  
173 mantenham as cautelas, quando a saúde os contactar e enviar os códigos para  
174 serem testados que façam o teste pela saúde num laboratório ou no centro de  
175 saúde ou na unidade móvel da ULSG.

176 Geralmente, fazem-se em articulação com a saúde, salvo raras exceções,  
177 como no sábado. Já que tinham trabalhadores da Câmara que estavam  
178 infetados havia necessidade de rastrear outros que tinham estado em contacto  
179 com os infetados. Decidiram rastrear colaboradores do edifício e do estaleiro.

180 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador perguntando se  
181 estes testes rápidos adquiridos pelo Município são iguais aos que foram  
182 utilizados pela Cruz Vermelha no rastreamento dos funcionários da Câmara na  
183 terça-feira.

184 Respondeu o Senhor Presidente referindo que é o mesmo modelo, aliás, por  
185 recomendação da própria Cruz Vermelha. O contacto do fornecedor foi



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

186 fornecido pela própria Cruz Vermelha para que não houvesse discrepância do  
187 tipo de testes, que aliás é um teste que foi certificado pelo Infarmed.

188 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra questionando porque é  
189 que houve alteração de critérios na divulgação de casos por parte da Câmara.  
190 Como compreendem essa alteração de critérios ajudou nalguns casos, noutros  
191 casos baralhou, ainda que não fosse esse o objetivo, mas foi esse o resultado,  
192 face àquilo que são os critérios legais que são aplicados aos Municípios.

193 Por outro lado, não interessa debater onde são registados os casos, até porque  
194 não seria mais negativo termos pessoas que trabalham em Gouveia, mas que  
195 residem noutros concelhos. Por outro lado, como todos sabem, os testes não  
196 curam ninguém, servem para diagnosticar a situação e para conter a  
197 propagação do vírus.

198 Como referiram na última reunião, o importante é que nos locais de trabalho,  
199 nos locais onde as pessoas convivem, os mesmos estejam devidamente  
200 preparados, e que as pessoas estejam suficientemente mentalizadas para que  
201 as irresponsabilidades delas possam pôr em risco outros. Há um perigo de  
202 contágio evidente, pelo que não adotar essa fobia de fazer testes a “torto e a  
203 direito”, esquecendo o essencial que é as pessoas terem o máximo de cuidado.  
204 Aliás, não é por acaso que hoje em dia as pessoas são obrigadas a trabalhar  
205 de máscara. Para um trabalhador fabril trabalhar de máscara é uma situação  
206 bastante violenta, mas é em alguns casos aquilo que pode fazer a diferença,  
207 pelo que deve ser seguido.

208 Acrescentou que a Senhora Vereadora Conceição Salvador quando se quis  
209 referir aos critérios pretendia saber uma coisa muito simples, porque é que uma  
210 pessoa tem de pagar 100 euros para fazer um teste, outras pessoas têm que  
211 pagar 60 euros, e outros não têm que pagar nada. A alguns é oferecida a  
212 possibilidade para fazer o teste seja na Câmara ou noutro serviço público. Qual  
213 o critério que separa todas estas situações.

214 Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira referindo que essa questão  
215 não se coloca, os critérios para os testes têm a ver com situações de pessoas  
216 que lidaram com pessoas que testaram positivo. Não estão a falar de qualquer



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

217 pessoa. Agora, se há pessoas que, porque a entidade empregadora exige que  
218 façam o teste para poderem ir trabalhar, neste caso, as pessoas terão que  
219 pagar pelos seus próprios meios.

220 A intenção da Câmara é responder de imediato e logo que possível a situações  
221 que possam tornar-se potencialmente complicadas. O Senhor Vereador João  
222 Paulo Agra referiu que “os testes não curam”, concorda, mas a questão é a  
223 seguinte - e é esse também o objetivo da saúde - aquelas pessoas que  
224 conseguirem diagnosticar com estes testes ficam de imediato isoladas, já não  
225 vão ser um foco de contágio para outras. Esse é que é o grande objetivo.  
226 Graças a estes testes já conseguiram colocar em isolamento uma série de  
227 pessoas que, se não tivessem sido os testes, andariam na comunidade, porque  
228 a grande maioria delas é assintomática, e isso é que é a grande preocupação.  
229 Se a pessoa esteve em contacto com alguém e esse alguém está positivo, se  
230 contatar a entidade de saúde ou a Câmara realizará o teste e não necessita de  
231 pagar 100 euros, porque o interesse também é nosso, é do nosso interesse  
232 que essa pessoa não ande a disseminar o vírus.

233 Quanto aos critérios de divulgação, usou da palavra o Senhor Vereador José  
234 Nuno Santos, referindo que foi uma opção sua. É que embora o número de  
235 casos confirmados continue a fazer parte dessa divulgação, houve uma opção  
236 em dar destaque ao número de casos ativos, porque isso dá uma melhor noção  
237 da evolução do estado epidemiológico. Anteriormente, faziam-no em relação ao  
238 número de casos confirmados, mas num gráfico criado com base nesses  
239 números, a única evolução possível será sempre ascendente e nunca  
240 descendente, uma vez que do número de casos confirmados constam todos os  
241 casos surgidos no concelho de Gouveia desde o início da pandemia e julga não  
242 fazer grande sentido representar essa realidade num gráfico. Com a  
243 divulgação, em gráfico, do número de casos ativos será possível identificar  
244 melhor os períodos de subida e os períodos de descida, consciencializando as  
245 populações para os momentos em que há uma maior gravidade em termos do  
246 número de infetados ativos no concelho.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

247 Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira acrescentando que esse é  
248 que é o número que verdadeiramente interessa, saber quantas pessoas  
249 naquele momento estão ativas no concelho de Gouveia.

250 Interveio o Senhor Vereador João Paulo Agra concretizando o seguinte: como  
251 sabem o critério utilizado publicamente para nivelar o risco de cada município  
252 não é esse, é em função do número de casos que aconteceu nos últimos 14  
253 dias. Pretende ainda que fique claro que os critérios são díspares consoante a  
254 entidade que faz essa despistagem, ou seja, se é a saúde a decidir, decide de  
255 uma determinada maneira e com determinados custos, se a pessoa visada é  
256 beneficiário da Segurança Social a solução é uma, mas se é beneficiário da  
257 ADSE a solução é outra. Se, a Câmara decidir pagar os testes então já nada  
258 disto se aplica. Por outro lado, se tiver um caso no local de trabalho o  
259 tratamento é um, se trabalhasse na Câmara Municipal o tratamento era outro.

260 Interveio o Senhor Presidente referindo que o Senhor Vereador José Nuno  
261 Santos na divulgação dos casos, começou por pôr ênfase nos casos ativos,  
262 para precisamente chamar a atenção das pessoas para a situação concreta  
263 que se está a verificar, que é o aumento dos casos ativos, para que as pessoas  
264 tenham noção do que se está a passar e para que adotem os cuidados  
265 necessários, ao contrário do que muitas estão a fazer, apesar de toda a  
266 informação que possuem. Concorda plenamente que se coloquem os casos  
267 ativos para que as pessoas percebam efetivamente que está a haver um  
268 aumento das situações e que essas situações estão ativas e que têm que  
269 redobrar os cuidados.

270 Quando colocam o número de casos é sempre de acordo com a informação  
271 que a saúde transmite. A informação que têm são os casos ativos que são  
272 detetados pela saúde, pois também os casos que aparecem em testes  
273 realizados pela Câmara, são reportados imediatamente à saúde que a partir  
274 daí toma conta da situação. É esse o tratamento que é dado sempre em  
275 articulação com a saúde. Pensa que estão a agir corretamente. A nossa  
276 preocupação é que há gente certamente no concelho de Gouveia que não tem  
277 qualquer sintoma, mas está infetada. Aliás, tiveram essa perceção clara pelos



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

278 casos que foram detetados nos testes da Câmara, em que surgiram casos  
279 positivos em pessoas que não tinham qualquer sintoma e, aliás, passados dez  
280 dias continuam sem sintomas. Muitos casos foram detetados em testes  
281 realizados pela Câmara e outros em articulação e a pedido da própria saúde  
282 para que de uma forma mais rápida estes testes pudessem ser realizados.  
283 Aliás, os testes que foram realizados num Lar, na segunda-feira, inicialmente,  
284 estavam para ser realizados pela Câmara, só o não foram porque, entretanto, a  
285 Segurança Social, não sabe de que modo, se foi por solicitação da IPSS,  
286 vieram fazê-los, e muito bem. Caso contrário, teria sido a Câmara a avançar  
287 em articulação com a saúde.

288 Portanto, a Câmara está a trabalhar desta forma e neste sentido e assim vai  
289 continuar, porque entendemos que estamos a trabalhar no sentido de tentar  
290 acautelar o mais possível focos e redes de contágio que possam existir. Nunca  
291 ninguém afirmou que os testes eram para curar, os testes são para detetar  
292 atempadamente quaisquer situações que possam existir. E é isso que vão  
293 continuar a fazer, perante situações que sejam suspeitas.

294 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador solicitando o  
295 seguinte esclarecimento acerca deste assunto. Foi dito pelo Senhor Vereador  
296 Jorge Ferreira que os testes rápidos são feitos ao fim de quatro ou cinco dias  
297 do contacto com uma pessoa infetada, em termos práticos, na testagem que  
298 hoje vai ser feita em Vila Nova de Tazem, essas pessoas foram referenciadas  
299 como tendo tido contactos com casos ativos e já está a ser considerado este  
300 *delay* de quatro a cinco dias após o contacto com o infetado ou vão ser  
301 testados independentemente disso, quem é que faz este acompanhamento  
302 para saber se as pessoas quando vão testar já passaram os quatro ou cinco  
303 dias em relação ao contato.

304 Respondeu o Senhor Vereador Jorge Ferreira informando que, neste caso, já  
305 passaram esses dias, foram diagnosticadas no dia 22 de novembro e como a  
306 saúde está com alguma dificuldade nesse levantamento, teve aqui o auxílio da  
307 Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, que sinalizou o grupo de pessoas  
308 que vão ser testadas naquele dia.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

309 Mais informou que, neste momento, estão cinco pessoas internadas,  
310 lamentando esse facto, desejando as rápidas melhoras e recuperação total.  
311 Acrescentou, também, que nas redes sociais as pessoas pedem para que  
312 sejam divulgados os dados por freguesias, a Câmara, em si, tem muita  
313 dificuldade em saber quem são as pessoas. Por vezes, ouvem falar no nome  
314 da pessoa e quando contatam com a saúde questionam esses nomes e são  
315 eles que os confirmam ou não, pois a saúde não tem qualquer tipo de  
316 obrigação de prestar essa informação. A Câmara ou no contacto diário que vão  
317 fazendo ou as pessoas também vão contactando, porque já fizeram a  
318 divulgação das linhas de apoio e vão sabendo quem está, mas é um processo  
319 que não é fácil. E não têm essa possibilidade de divulgar por freguesias.

320 Interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos referindo que os dados estão  
321 sempre de acordo com as informações fornecidas pela ULS. Mesmo alguns  
322 municípios que tentaram fazer a identificação do número de casos por  
323 freguesia tiveram grandes dificuldades e eventualmente acabaram por desistir.

### 324 - - - 2.2.2) REUNIÕES PÚBLICAS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:-

325 Relativamente às reuniões públicas da Câmara Municipal, quando foi a  
326 primeira fase da pandemia recorreu-se ao meio por videoconferência para  
327 reunir. Foi dito e acordado pelo executivo que em futuras situações deveria ser  
328 publicitado que a realização das reuniões públicas seria por videoconferência e  
329 que as pessoas poderiam aceder através de um link que seria enviado para  
330 participar na reunião.

331 Hoje têm o exemplo de uma pessoa do público que mais à frente irá intervir  
332 que assim o fez, mas essa informação não foi difundida. Provavelmente vão  
333 continuar a ter reuniões neste modelo, pelo que é obrigação da Câmara  
334 publicitar as formas de acesso ao público, se assim o entenderem, solicitando à  
335 Câmara esse acesso, porque a maior parte das pessoas não sabe que isso é  
336 possível.

337 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que iria ser publicitada essa  
338 informação de acesso do público às reuniões públicas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

339 - - - - **2.2.3) URZE:-** Pretendia ser informada relativamente ao ponto de  
340 situação do protocolo com a URZE.

341 Usou da palavra o Senhor Presidente informando que, a pedido da URZE, vai  
342 realizar-se uma reunião no próximo dia 2 de dezembro, esperando que de uma  
343 vez por todas o assunto fique resolvido.

344 - - - - **2.2.4) CAMINHOS FLORESTAIS:-** Na última reunião de Câmara os  
345 Vereadores do PS falaram sobre o arranjo dos caminhos florestais e  
346 questionaram concretamente sobre os caminhos de Nespereira que até á data  
347 não tinham sido contemplados e a justificação que constava da informação  
348 para o caso de Nespereira era que teria sido identificado pela própria Junta um  
349 caminho que estava fora dos limites da freguesia.

350 O Senhor Presidente disse nessa mesma reunião quando o questionou sobre  
351 os caminhos de Nespereira que o caminho já estava arranjado. No entanto tem  
352 conhecimento que foi o único caminho arranjado e que vai realmente de  
353 Nespereira, junto ao campo de futebol, e continua para o Arcozelo. Os outros  
354 caminhos, prioritários, e que servem terrenos agrícolas, nenhum deles foi  
355 arranjado. Pretendia saber o que está previsto para Nespereira, neste âmbito.

356 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que aquilo que disse foi que  
357 tinham caminhos que estavam incluídos num procedimento em que foi  
358 contratado um empreiteiro para os realizar e há arranjo de caminhos que são  
359 realizados através de meios próprios da Câmara. Não sabe, neste momento,  
360 em concreto, contudo, aquilo que lhe transmitiram é que teria havido  
361 intervenção em Nespereira. Agora não sabe o número de caminhos  
362 intervencionados. Todavia, irá falar com o Senhor Presidente de Junta para  
363 verificar a situação e quais são os caminhos que pretende que sejam  
364 intervencionados.

365 Usou da palavra a Senhora Vereadora Dina Cabral acrescentado que, por  
366 várias vezes teve a oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Junta de  
367 Freguesia de Nespereira. Ele solicitou três caminhos, a saber: Caminho de S.  
368 Pelágeo, Caminho do Mouzinho e o Caminho da Pocariça.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

369 O Caminho do Mouzinho, apesar de estar na freguesia do Arcozelo da Serra  
370 contemplado, já foi beneficiado, quem beneficia desse caminho são os  
371 habitantes da freguesia de Nespereira. Os outros dois caminhos vão ser  
372 beneficiados com os meios próprios da Câmara, foi a informação que foi  
373 transmitida ao Senhor Presidente de Junta de Nespereira.

374 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador esclarecendo que apenas  
375 referiu que tinha sido intervencionado o caminho que é dividido entre  
376 Nespereira e Arcozelo, porque era uma das justificações na informação que foi  
377 entregue para o caminho não ser arranjado. Aliás, as justificações para que  
378 Nespereira não tenha sido contemplada era que um dos caminhos estava fora  
379 da freguesia e os restantes iam ser intervencionados por meios próprios do  
380 município.

381 Retorquiu a Senhora Vereadora Dina Cabral acrescentando que o caminho do  
382 Mouzinho é o caminho que beneficia simultaneamente as duas freguesias e foi  
383 contemplado nos trabalhos a realizar externamente, por um empreiteiro.

384 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que desse modo  
385 a informação que foi dada pelo técnico relativamente à justificação para não ter  
386 sido contemplado acabou por não corresponder à verdade e até foi  
387 intervencionado.

388 Respondeu a Senhora Vereadora Dina Cabral referindo que os outros dois  
389 caminhos, são no interior da freguesia de Nespereira, mas pelas suas  
390 características, muito estreitos, têm que ser intervencionados pelos meios da  
391 Câmara.

392 Respondeu a Senhora Vereadora Conceição Salvador ninguém está contra  
393 essa questão e ninguém questiona se é feito por serviços externos ou serviços  
394 da Câmara, Nespereira não tinha sido contemplada e a justificação era que o  
395 caminho estava na área de outra freguesia e acabou por ser intervencionado.  
396 Ainda bem que foi. Agora é preciso requalificar com meios próprios da Câmara  
397 um outro que serve muito mais pessoas e os seus terrenos agrícolas.

398 - - - - **2.1.5) “AUTARQUIA + FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL”:-**  
399 Relativamente ao reconhecimento ao Município de Gouveia como “Autarquia +



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

400 Familiarmente Responsável” em 2020, para além de se congratular com esse  
401 facto, gostaria de perceber como são analisado os critérios e que tipo de  
402 critérios, porque na notícia que está na página do município, a explicação que  
403 consta “... *este reconhecimento constitui mais um incentivo à manutenção do*  
404 *esforço municipal de continuar a dar primazia às famílias, bem como manter a*  
405 *adoção de medidas que facilitam a conciliação da vida familiar e laboral dos*  
406 *seus trabalhadores.*” Gostaria de perceber se é feito com base em inquéritos,  
407 como é que se chega a estes resultados, esta nomeação tem a ver com a  
408 Associação de Famílias Numerosas, mas não consegue perceber no próprio  
409 site como é feito o apuramento das autarquias familiarmente responsáveis.

410 Este programa tem duas vertentes, o Senhor Presidente referiu-se à primeira,  
411 ou seja, apoio que é dado às famílias no concelho, mas há aqui uma outra  
412 vertente que são as medidas que facilitam a conciliação da vida familiar e  
413 laboral dos seus trabalhadores. Gostaria de perceber até que ponto isto é  
414 verdade e como é medido.

415 Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira referindo que se trata de um  
416 processo, todo ele, da responsabilidade do Observatório. O Observatório,  
417 numa determinada altura do ano, envia um formulário o qual é devidamente  
418 preenchido e respondem a todas as questões que são colocadas, informam  
419 acerca de todos os apoios que são concedidos e onde podem ter acesso para  
420 confirmar esses apoios. Eles próprios fazem esse rastreio e confirmam a  
421 veracidade dos dados.

422 Quantos aos colaboradores, o processo é diferente, neste caso, enviam um  
423 questionário aleatoriamente para os colaboradores e são eles próprios que  
424 respondem a esse questionário e o remetem para o Observatório.

### 425 **2.3) INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO PAULO AGRA**

426 - - - **2.3.1) ANUÁRIO FINANCEIRO MUNICIPAL 2019:-** Teceu algumas  
427 considerações relativamente a uma comunicação anunciada no dia anterior e  
428 que tem a ver com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2019.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

429 Trata-se de um anuário que é publicado pela Ordem dos Contabilistas  
430 Certificados há vários anos e que faz de uma forma sistemática a comparação  
431 do desempenho financeiro dos diferentes Municípios.

432 Ao realizar a pesquisa da palavra “Gouveia” no Relatório, que é  
433 suficientemente extenso, infelizmente encontrou a referência em vários pontos,  
434 em vários quadros, em poucas situações ou aliás em nenhuma situação  
435 favorável.

436 Por exemplo, o destaque vem do 21.º lugar no quadro correspondente ao  
437 “Equilíbrio Orçamental” em 2019. Gouveia regista o 21.º lugar nos piores  
438 desempenhos com uma cobertura de 98,1% da despesa corrente sobre a  
439 receita corrente. Mas o mais preocupante para o Senhor Vereador foi pode  
440 comparar nesse mesmo mapa, com o desempenho de anos anteriores e  
441 percebeu que, desde 2015, que é o primeiro ano de referência, o rácio tem  
442 vindo sempre a aumentar e de uma situação inicial de 82,1% e neste momento  
443 já vamos num nível de cobertura de 98,1% A Despesa Corrente aproximar-se  
444 perigosamente da Receita Corrente, ou seja, não há libertação de dinheiro para  
445 investimento.

446 Por outro lado, uma outra situação bastante mais preocupante tem a ver com o  
447 aumento do “Passivo Exigível” em 2019. De facto, nesses dados, Gouveia,  
448 infelizmente aparece no segundo posto com um aumento do Passivo Exigível  
449 de 9.311 mil euros. Verificamos com preocupação estes dados tanto mais que  
450 as situações que estão inerentes aos próprios quadros têm a ver com o  
451 Desempenho da Câmara Municipal e que, concordarão com o Senhor  
452 Vereador, está longe de ser o mais favorável.

453 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, se o Município tem uma  
454 *Despesa Corrente* elevada, significa que a Câmara Municipal de Gouveia muito  
455 apoio concede à comunidade.

456 Em relação à questão do *Passivo*, como sabe, existe a questão com a empresa  
457 Águas de Vale do Tejo, que é um passivo que assumiram e têm que cumprir e  
458 que, obviamente, nos sobrecarrega, mas não significa que não tenham



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

459 capacidade para continuar a fazer investimentos, como aliás têm feito e  
460 certamente vão continuar a fazer.

461 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra precisando que aquilo  
462 que se referiu não é se a Câmara gasta muito ou gasta pouco, aquilo que se  
463 referiu é o grau de cobertura. E no relatório está espelhado que o grau de  
464 cobertura da Despesa Corrente por Receita Corrente é preocupante. Não teceu  
465 considerações relativamente à qualidade da despesa que é feita. Obviamente  
466 que discorda de muitas das opções que originam despesa.

467

### 3. EXPEDIENTE

468 - - - Não se analisou expediente na presente reunião.

469

### II – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

470

### 4. DELIBERAÇÕES

471 - - - - **4.1) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE**  
472 **DERRAMA PARA O ANO DE 2021:-** Usou da palavra o Senhor Presidente  
473 referindo que, à semelhança daquilo que já acontecia, propõem a isenção da  
474 Derrama em 2021 para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano  
475 anterior não ultrapasse os 150 000 euros. Em relação ao outro grupo, para  
476 2021, propomos uma Derrama de 0,9 % sobre o lucro tributável sujeito e não  
477 isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, pretendendo  
478 desta forma dar mais um contributo para as nossas empresas e empresários.

479 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador tal como o ano  
480 passado quando debateram a aplicação da Derrama para 2020, esta proposta  
481 deixou de contemplar, face a 2018 e aos anos anteriores, as isenções que  
482 existiram em função do CAE e para as empresas novas que se instalassem no  
483 concelho e que resultassem na criação de postos de trabalho e que se  
484 mantivessem em atividade durante cinco anos.

485 Uma vez que voltaram a não ter essas isenções, pretendia saber se estão  
486 perante uma opção política ou se se trata de inoperância e incompetência em  
487 elaborar o Regulamento necessário para acomodar as necessárias isenções.  
488 Isto porque, lendo a ata de há um ano, o Senhor Vereador responsável pelo  
489 pelouro disse que se tinha que começar a trabalhar no referido Regulamento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

490 Já passou um ano, pretendia saber se realmente já começaram a elaborar o  
491 Regulamento que permitiria incentivar as empresas através da isenção da  
492 Derrama.

493 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra perguntando qual é o  
494 impacto financeiro da redução que é proposta.

495 Por outro lado, solicita o esclarecimento sobre quem é afetado por essa  
496 redução. Historicamente, tem sido veiculado que os principais pagadores serão  
497 os grandes grupos que pagam a derrama em função da massa salarial no  
498 concelho de Gouveia. Se assim não é acredita que o Senhor Presidente esteja  
499 na posse de elementos que possa facultar a esse respeito.

500 Por outro lado, Há situações concretas, nomeadamente, a exploração dos  
501 recursos naturais, em que a derrama depende de reclamação por parte da  
502 Câmara de eventuais valores, isto porque ao contrário do que acontece noutros  
503 setores, neste caso concreto, o critério base que é a massa salarial, poderá  
504 não ser aplicado.

505 Portanto, pretendia saber qual é o histórico que a Câmara tem em relação a  
506 esta situação e o que é que a Câmara tem reclamado do pagamento da  
507 Derrama devida.

508 Usou da palavra o Senhor Presidente informando que a proposta de  
509 Regulamento já está em fase avançada de elaboração, ainda não está  
510 concluído, todo este ano foi de facto um ano atípico e as coisas não correram  
511 como pretendiam.

512 Usou da palavra o Senhor Vereador José Nuno Santos referindo que tem  
513 reunido com o Instituto Pedro Nunes – que considera uma autoridade de  
514 reconhecido mérito nesta matéria - com o objetivo de criar um plano municipal  
515 para o empreendedorismo. Entende que esse plano deverá incidir sobre vários  
516 temas que considera determinantes para o desenvolvimento económico do  
517 concelho, como a captação e atração de investimento, o apoio às iniciativas de  
518 empreendedorismo e autoemprego, a aceleração de empresas de setores que  
519 considera estratégicos para o concelho e a dinamização de duas novas



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

520 estruturas que o Município está a criar - o espaço *cowork* e Mercado Municipal  
521 - e que são duas ferramentas fundamentais no âmbito desta política.

522 Entende que o ponto de chegada neste processo é o de encontrar políticas que  
523 façam sentido para a nossa realidade económica e que para isso ser bem feito  
524 não podemos contar que aconteça de um dia para o outro. É preciso  
525 segmentar estes domínios e começar por algum lado, porque aquilo que  
526 estamos a falar é de uma realidade imensa.

527 Nós até podemos ter as nossas convicções em matéria de política económica,  
528 mas convém sempre ter ao nosso lado um parceiro que tenha passado por  
529 várias experiências e saiba dizer realmente aquilo que resulta e aquilo que não  
530 resulta. A forma como iremos disciplinar a questão das derramas está  
531 relacionada com uma estratégia de criação de incentivos.

532 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador agradecendo os  
533 esclarecimentos do Senhor Vereador José Nuno Santos, contudo, os  
534 Vereadores do PS, lamentam que a criação de um gabinete de  
535 empreendedorismo e tudo o que poderia proporcionar essa criação fazia parte  
536 do programa do PSD, assim como fazia parte do programa do PS, e estão  
537 quase em fim de mandato e estão agora a começar a pensar no  
538 empreendedorismo. Segundo parece escolheram uma entidade reconhecida,  
539 parabéns por isso, mas seria desejável que estivessem já numa outra fase.

540 Interveio o Senhor Presidente aludindo que não começaram agora a pensar no  
541 empreendedorismo.

542 Interveio, uma vez mais, o Senhor Vereador José Nuno Santos referindo que  
543 em relação à criação de um gabinete ou serviço de empreendedorismo “a  
544 sério”, como refere, irá implicar, em termos de recursos humanos, um esforço  
545 por parte do Município. No fundo, as empresas que irão ser incubadas têm que  
546 ter, pelo menos, duas pessoas com conhecimentos técnicos que permitam  
547 acompanhar e apoiar os processos. Fala na importância de ter uma pessoa na  
548 área da economia, mas também uma pessoa da área da comunicação que  
549 apoiasse também na realização de alguns eventos promocionais para a  
550 captação das empresas para a incubadora.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

551 Isso é um trabalho que, para ser bem feito, exige algum tempo e algum  
552 pensamento estratégico e será uma coisa que também depende da conclusão  
553 desse equipamento. Agora porventura haverá outras coisas que, antes da  
554 abertura do espaço, pode ser possível disponibilizar, nomeadamente, um  
555 conjunto de apoios à atratividade do investimento.

556 Interveio novamente a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que o  
557 problema demográfico que Gouveia e o Interior de uma forma genérica está a  
558 atravessar, passa pela criação de emprego, isso ninguém tem qualquer dúvida,  
559 só vamos ter mais pessoas se tivermos mais emprego e mais investidores e  
560 não é a falta de espaço que pode justificar a falta de criação de um gabinete de  
561 apoio ao empreendedorismo, é preciso vontade. E quanto à contratação de  
562 técnicos, certamente que haverá técnicos para vir para Gouveia ou até do  
563 concelho. Independentemente de não estarem criadas as infraestruturas físicas  
564 ou a nível de quadro de pessoal acha que é preciso dar apoio aos investidores  
565 e aquilo que lhes vai chegando é que as respostas são muito demoradas por  
566 parte do Município o que leva as pessoas a abandonar possíveis  
567 investimentos. E isso pensa que não pode acontecer porque se queremos  
568 investimento no concelho considera que isto é prioritário.

569 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador José Nuno Santos, dizendo  
570 que, quando referiu que iam ser necessários recursos humanos e que seria um  
571 processo ainda demorado, queria dizer que haverá necessidade de lançar  
572 procedimentos concursais, que demoram tempo. No entanto, isso não impede  
573 que, independentemente da incubadora, não hajam outros instrumentos de  
574 atração de investimento e, nessa matéria, não tem conhecimento que  
575 investidores tenham vindo para o território e não tenham sido apoiados ou não  
576 tenham sido todos recebidos.

577 Aliás, neste último ano, temos assistido à presença de um conjunto de  
578 investidores que vieram para este território e já estão a trabalhar, sobretudo  
579 numa área e num sector que sempre foi uma bandeira do Município, a  
580 vitivinicultura, onde destacou a textura wines ou o projeto Pure Wine ou ainda o  
581 investimento de António Oliveira, que se vieram fixar no concelho de Gouveia



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

582 no ano de 2019 e estão a lançar investimentos muito importantes nesta área.  
583 Mas, sobre esse assunto, o Senhor Presidente poderá falar melhor do que o  
584 Senhor Vereador.

585 Para além disso, já foi aqui abordada, em vários momentos na reunião de  
586 Câmara, a existência de um investimento que está a ser desenvolvido na zona  
587 das Regadas na área do turismo de luxo.

588 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, efectivamente, se  
589 propuseram criar formalmente um gabinete de apoio ao empreendedorismo e  
590 aos empresários. Independentemente desse gabinete estar ou não constituído,  
591 nunca deixou de haver na Câmara Municipal de Gouveia trabalhadores que  
592 acompanhassem sempre de perto todos esses projetos de investimento. Isso  
593 sempre aconteceu e está a acontecer, como o Senhor Vereador José Nuno  
594 Santos acabou de referir. A Câmara Municipal está a acompanhar de muito  
595 perto cinco a seis investimentos, com a vantagem de se estarem a realizar em  
596 diferentes freguesias do concelho de Gouveia e que, todos somados, já  
597 totalizam uns milhões de euros.

598 Regista com satisfação que os empresários privados se estejam a deslocar  
599 para este território e a criarem emprego, seja na área da vitivinicultura, com o  
600 enoturismo, no setor do turismo, em freguesias que são importantes e  
601 relevantes para o concelho. Inclusive também, o último investimento que está  
602 a preparar-se por parte de um grupo privado é em Arcozelo da Serra. Há vários  
603 investimentos que estão a decorrer, inclusive, na própria cidade de Gouveia,  
604 que por agora não vai ainda referir, e outros que estão em fase de decisão final  
605 da parte dos empresários. O que significa que, neste último ano e meio, o  
606 concelho de Gouveia tem sido um concelho que tem sido procurado por aquilo  
607 que o Município tem efetuado. Alguns dos investimentos que estão já a  
608 decorrer resultaram de eventos que a Câmara Municipal organizou em que os  
609 empresários estiveram presentes e se sentiram motivados para vir descobrir  
610 Gouveia. Serviram também esses eventos, ao contrário do que muitas vezes  
611 se diz, para cativar a atenção desses investidores para investir em Gouveia.  
612 Pode dizer que alguns desses investidores, são investidores de renome que



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

613 Gouveia deve ter o prazer e gosto de os ter cá a investir, pois eles próprios  
614 acabam por ser uma marca e estão a levar o concelho de Gouveia a outros  
615 potenciais investidores. Gouveia, neste momento, felizmente, é um concelho  
616 atrativo para se investir.

617 E isso também se deve ao trabalho da Câmara Municipal como é reconhecido  
618 por eles e foi através desse trabalho que eles tiveram conhecimento do  
619 concelho de Gouveia e do que poderia ser feito em Gouveia. A Câmara  
620 Municipal está a apoiá-los, a acarinhá-los e a ajudar naquilo que for possível,  
621 sempre muito de perto deles e a acompanhar a evolução dos seus projetos de  
622 investimento e ajudar naquilo que for possível.

623 Relativamente ao impacto, no momento, não tem essa informação em concreto  
624 para prestar. Acredita que possa não ser um valor muito elevado, mas face às  
625 empresas que se estão a constituir em Gouveia neste momento e que se  
626 propõem ter sede em Gouveia, pensa que esta baixa da Derrama, neste  
627 patamar, é um factor atrativo para que eles próprios também se instalem e  
628 invistam. É mais uma ferramenta que devemos usar e que está ao nosso  
629 alcance para captar a sua atenção e para que efetivamente eles se fixem,  
630 criem emprego, procurem criar emprego. Contudo, lamenta dizer que, no que  
631 diz respeito à mão-de-obra no concelho de Gouveia, não tem correspondido e  
632 não há a recetividade da parte das pessoas do concelho para trabalharem  
633 nestas áreas e projetos, nomeadamente, no setor agrícola. Não há essa  
634 recetividade ao nível de mão-de-obra do concelho. Espera que isso não se  
635 verifique noutros setores, nomeadamente, ligados ao turismo que, brevemente,  
636 vai haver procura de mão-de-obra para alguns investimentos. Por exemplo,  
637 existe um empresário que foi buscar um gouveense que residia em Lisboa para  
638 trabalhar e já está a residir com a sua família em Gouveia.

639 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que se  
640 congratulam com os casos de sucesso e estão solidários com eles, contudo  
641 não se podem deixar de preocupar que haja uma única pessoa que se queixe  
642 do atraso que muitas vezes acontece na aprovação de projetos ou na simples  
643 disponibilização de documentos. Uma coisa que às vezes se faz num minuto as



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

644 pessoas esperam semanas. De modo que, enquanto houver pessoas  
645 descontentes, têm que alertar para isso.

646 Interveio o Senhor Presidente referindo que às vezes é preciso ter a noção  
647 concreta do que efetivamente se passa. Se há alguém que mais se penaliza  
648 por situações que possam acontecer nessa área é ele. E preocupa-se sempre  
649 em acompanhar esses projetos e andar sempre informado sobre o andamento  
650 dos processos. Contudo, muitas vezes as pessoas falam mas não estão  
651 corretamente informadas, desde logo, pelos seus próprios técnicos que muitas  
652 vezes se atrasam no andamento dos documentos solicitados pelos técnicos da  
653 Câmara. Acontecerá certamente de tudo, haverá falhas do Município, mas  
654 muitas vezes há situações que não correspondem a falhas do Município, mas  
655 falhas dos técnicos ou projetistas desses empresários. Todos os processos de  
656 licenciamento que dão entrada na Câmara Municipal são importantes, mas é  
657 muito importante um processo de licenciamento para turismo, seja ele de que  
658 área for. E é isso que transmite aos técnicos para que haja empenho nestes  
659 projetos de investimento que são fundamentais e devem merecer a sua  
660 atenção.

661 Usou da palavra a Senhora Conceição Salvador referindo que quando o  
662 Senhor Presidente falou na falta de mão-de-obra, uma vez que referiu que a  
663 Câmara tenta colmatar essas dificuldades, pensa que a Câmara poderia criar  
664 formalmente uma bolsa de pessoa disponíveis para trabalhar, fazendo de uma  
665 forma mais institucional a intermediação entre as pessoas que estão a investir  
666 e aquelas pessoas que têm disponibilidade para trabalhar.

667 Respondeu o Senhor Presidente dizendo que isso é feito de duas formas: ou  
668 indicando aos empresários, por conhecimento nosso, pessoas que estão  
669 desempregadas e inscritas no Centro de Emprego e podem ter aptidão para  
670 aquela área, como também muitas vezes por conhecimento próprio direto  
671 indicam pessoas para essas entidades, como aconteceu recentemente em que  
672 a Câmara indicou duas pessoas para um determinado serviço. Muitas vezes  
673 são os próprios investidores que contatam a Câmara por saberem que nós  
674 temos um conhecimento mais próximo do mercado de trabalho, com a



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

675 vantagem de ter o próprio gabinete de inserção social na Câmara, recorreremos  
676 a essa base de dados para direcionar as pessoas.

677 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador não duvidando que isso  
678 seja feito, aquilo que estava a sugerir é que seja feito formalmente, pois os  
679 membros do executivo não conhecerão todas as pessoas que poderão estar  
680 interessadas em trabalhar.

681 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra questionando uma vez  
682 mais qual é o impacto financeiro da redução que é proposta, quem vai pagar  
683 menos e o que a Câmara tem feito para recuperação de verbas que sejam  
684 devidas por empresas de exploração de recursos naturais, independentemente,  
685 de poder tecer algumas considerações sobre muitas coisas que aqui disseram  
686 e confessa que muitas delas nada têm a ver com o assunto que estão a  
687 debater. É certo que é importante onde é a sede duma empresa, mas a  
688 derrama é calculada em função da massa salarial de cada concelho.

689 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, relativamente às empresas  
690 de recursos naturais, neste momento não possui informação para prestar. No  
691 que diz respeito à questão das empresas, são aquelas que estão sedeadas no  
692 concelho de Gouveia e é isso que tentam, para além de atrair investimento é  
693 que se criem empresas no concelho. Não sabe informar o impacto da redução  
694 neste momento uma vez que os dados não são líquidos e não vai transmitir  
695 valores, pois não domina o montante correto.

696 Usou novamente da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra, para  
697 concluir, referiu que um dos motivos porque certamente alguns empresários  
698 não investem em Gouveia é porque obtêm respostas como aquelas que o  
699 Senhor Vereador ouviu na discussão deste ponto. A resposta de que não se  
700 sabe as consequências das medidas que se tomam ou que a derrama é paga  
701 em função da sede, aproveitando para esclarecer que esta é paga em função  
702 da massa salarial paga em cada Município, pelo que é indiferente se a  
703 empresa tem sede em Gouveia ou noutra local, porque o que paga para  
704 Gouveia é em função dos recursos humanos que são contratados em Gouveia.  
705 Esse desconhecimento não ajuda muito a cativar os empresários. Pensa que



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

706 algum rigor nessa linguagem podia ajudar as pessoas a perceberem que do  
707 lado da Câmara há esse conhecimento e há essa capacidade de ajuda que não  
708 é só em termos políticos, também em termos e técnicos.

709 Para finalizar, e em jeito de lamento, referiu ainda que foi eleito por quatro  
710 anos, não foi eleito para estar aqui oito, ou três ou dois, foi eleito para estar  
711 aqui na camara municipal para se definir a estratégia em termos empresariais.  
712 Não é ao fim de quatro anos, quando se está a retirar, dado que o mandato  
713 termina daqui por menos de um ano, é que lhe dizem que está a ser feito o  
714 regulamento e que esse regulamento define quais são os sectores estratégicos  
715 que vão ser apoiados. Isso é uma medida eleitoralista, não é uma medida de  
716 um mandato que está a terminar.

717 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador acrescentado que o  
718 Senhor Presidente referiu que não tinha conhecimento do impacto desta  
719 redução, mas deve salientar que, qualquer técnico do Município, quando  
720 propõe a redução da taxa de 1% para 0,9% lhe consegue responder o que isto  
721 impacta, mesmo comparando com o valor arrecadado em 2019 o que é que  
722 isto significa, não lhe parece que seja uma resposta difícil de obter. Quando se  
723 faz uma proposta destas de diminuição ou aumento de taxas devia saber qual  
724 é o impacto financeiro que isso tem. Deste modo, os Vereadores do PS vão  
725 abster-se na votação.

726 Considerando:

- 727 • O disposto na alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de  
728 setembro, na sua atual redação, que consagra o produto da cobrança da  
729 derrama como uma das receitas municipais;
- 730 • O disposto no n.º 1 do artigo 18º do mesmo diploma, segundo o qual “os  
731 municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao  
732 limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de  
733 imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que  
734 corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica  
735 por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 736 título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou  
737 agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território”
- 738 • Que, nos termos do n.º 22 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de  
739 setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal pode, sob  
740 proposta da Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 16º,  
741 deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de Derrama.
  - 742 • Que, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do RFALEI, a Assembleia  
743 Municipal, mediante proposta da câmara municipal, aprova regulamento  
744 contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções  
745 totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e  
746 outros tributos próprios.
  - 747 • Que, nos termos do n.º 24 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 03 de  
748 setembro, na sua atual redação, “Até à aprovação do regulamento  
749 referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob proposta  
750 da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama  
751 para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior  
752 que não ultrapasse (euro) 150 000”.
  - 753 • Que, as deliberações referidas devem ser comunicadas, por via  
754 eletrónica, à Autoridade Tributária até ao dia 31 de Dezembro do ano  
755 anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado,  
756 conforme n.º 17 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na  
757 sua atual redação;
- 758 Considerando ainda que:
- 759 • É essencial manter o apoio municipal à atividade económica, bem como  
760 a promoção de novos incentivos ao investimento;
  - 761 • Há também responsabilidade solidária das empresas desenvolvimento  
762 concelhio e tendo em conta a evolução da receita arrecadada e a  
763 necessidade de manter uma política fiscal equilibrada e sustentada;



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

764 • É possível manter uma diferenciação positiva para as PME's do  
765 concelho, favorecendo o seu crescimento, bem como a sua  
766 competitividade.

767 Delibera a Câmara, por maioria, com duas abstenções dos Senhores  
768 Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e com cinco votos a favor por parte  
769 do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores do PPD/PSD e, em minuta,  
770 de modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da  
771 Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no uso das competências previstas na  
772 alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do citado diploma legal, submeter  
773 à análise, discussão e votação da Assembleia Municipal, no âmbito do disposto  
774 na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
775 setembro e ao abrigo do n.º 24 do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de  
776 setembro, na sua atual redação:

777 **1 - O lançamento, em 2021, de uma Derrama de 0,9 % sobre o lucro**  
778 **tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das**  
779 **Pessoas Coletivas;**

780 **2 - A isenção da Derrama em 2021, para os sujeitos passivos cujo**  
781 **volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros.**

782 - - - - **4.2) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DO IMI -**  
783 **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2021:-** Usou da  
784 palavra o Senhor Presidente propondo uma redução da taxa de 0,37% para  
785 0,36%, bem como a manutenção do coeficiente de beneficiação tendo em  
786 consideração o número de dependentes a cargo. Relativamente aos prédios  
787 degradados propõe a manutenção de uma majoração de 30%.

788 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador pretendia saber  
789 quantos imóveis devolutos e degradados foram comunicados à Autoridade  
790 Tributária. Em termos financeiros o que é que significa esta redução da taxa  
791 dos prédios urbanos de 0,37% para 0,36% nas contas da câmara e pretendia  
792 ainda esclarecimento se as Juntas de Freguesia continuam a comunicar à  
793 câmara os prédios devolutos em cada freguesia.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

794 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que em relação ao impacto  
795 financeiro, estimam que possa ser cerca de €40.000. Quanto aos prédios  
796 indicados à AT, de momento, não tem essa informação, terá que solicitar aos  
797 serviços.

798 As Juntas de Freguesia regularmente indicam ou solicitam à Câmara Municipal,  
799 nomeadamente, em termos de fiscalização, prédios degradados nas respetivas  
800 freguesias e isso depois é objeto de fiscalização e vistoria por parte dos  
801 serviços técnicos em que a maior parte das vezes, quando se consegue  
802 identificar os proprietários, eles são notificados. Dado que muitas vezes são  
803 heranças indivisas, a maior parte das vezes, nestes casos, não conseguem  
804 notificar os herdeiros. Mas existe uma articulação com as Juntas de Freguesia  
805 que vão indicando aqueles casos em que os prédios ameaçam ruína e põem  
806 em causa a via pública ou terceiros. É feita essa vistoria por parte dos serviços  
807 técnicos e depois são notificados os proprietários para adotarem as medidas  
808 mínimas para que o imóvel, no mínimo, não constitua risco para terceiros.

809 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que a  
810 quantificação dos serviços vai de encontro às expectativas dos Vereadores do  
811 PS, ou seja, as contas que fizeram também se aproximam do valor de €40.000.  
812 reportando-se a uma situação constatada em anos anteriores referiu que no  
813 ano passado a resposta que obtiveram em relação aos prédios devolutos que  
814 foram comunicados foi a mesma, este ano a mesma resposta, ou seja que terá  
815 de solicitar a informação aos serviços.

816 Em relação à redução proposta, sinceramente, tiveram três anos sem mexer e  
817 no último ano do mandato propõe a redução simbólica da taxa, o que é muito  
818 mau. Acresce que vão discutir no ponto do Orçamento a questão da Covid e o  
819 seu impacto na vida dos cidadãos. Se o impacto na vida dos cidadãos é  
820 significativo, não se justifica que não haja uma diminuição maior desse valor.  
821 Aliás, os Vereadores do PS já propuseram no ano passado uma redução que  
822 fosse gradual e que fosse até aos 0,3% e isso não está a acontecer e o valor  
823 proposto está muito longe do valor que já tinham fixado o que condiciona a  
824 votação dos Vereadores do PS.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

825 Usou da palavra a Senhora Vereadora Teresa Borges informando  
826 relativamente à comunicação à AT dos prédios devolutos, ela é feita todos os  
827 anos, a lista seguiu do serviço de fiscalização para o serviço de contabilidade,  
828 para se fazer essa comunicação. O número exato de prédios, não tem  
829 presente, mas essa lista de prédios degradados seguiu e será comunicada às  
830 Finanças.

831 Interveio o Senhor Vereador João Paulo Agra questionando se essa  
832 informação que foi comunicada à AT se passou quer em relação aos prédios  
833 urbanos, quer em relação aos prédios rústicos, pois não se podem esquecer  
834 que tivemos um início de mandato marcado pelos incêndios florestais e aí está  
835 em causa essencialmente os prédios rústicos que estão devolutos.

836 Usou da palavra a Senhora Vereadora Teresa Borges informando que  
837 relativamente ao que tem conhecimento o que foi comunicado diz respeito a  
838 prédios urbanos.

839 Interveio novamente o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que o  
840 problema está na identificação dos artigos matriciais, não tanto quem são os  
841 proprietários, porque pensa que as Finanças têm solução para esse problema.

842 **Considerando:**

- 843 • O disposto no artigo 112º, do Anexo I do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12  
844 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – C.I.M.I.),  
845 com a mais recente alteração introduzida pela Lei n.º 119/2019, de 18  
846 de setembro, o Município através do seu órgão deliberativo pode fixar a  
847 taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), cujo máximo, para os  
848 prédios urbanos, se cifra em 0,45 e o mínimo em 0,3%, fixando o  
849 percentual para Prédios rústicos em 0,8%;
- 850 • Que por deliberação da Assembleia Municipal, podem os Municípios  
851 *“fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que*  
852 *vigora no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de*  
853 *prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito*  
854 *passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal*  
855 *fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código*



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

856 do IRS, compõem o respetivo agregado familiar”, cfr. n.º 1 do artigo  
857 112º-A do C.I.M.I.;

- 858 • Que a administração local em função da conjuntura atual, no seguimento  
859 da pandemia COVID-19, deve promover medidas que aliviem a carga  
860 fiscal sobre os cidadãos, famílias e empresas;

861 Delibera a Câmara, por maioria, com dois votos contra dos Senhores  
862 Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e com cinco votos a favor por parte  
863 do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores do PPD/PSD e, em minuta,  
864 de modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da  
865 Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no uso das competências previstas na  
866 alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
867 setembro, submeter à apreciação, discussão e votação na próxima sessão de  
868 Assembleia Municipal:

- 869 1. Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo diploma, a  
870 definição das seguintes taxas de **Imposto Municipal sobre Imóveis**  
871 **a liquidar em 2021:**

Prédios Rústicos (valor fixo de 0,8%, cfr. al. a) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)	Prédios Urbanos (0,3% a 0,45%, cfr. al. c) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)
<b>0,8%</b>	<b>0,36%</b>

- 872 2. Nos termos e para os efeitos do n.º 8 do art.º 112º do mesmo  
873 diploma fixar a majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios  
874 urbanos degradados, que tenham pendentes notificações municipais  
875 de intimação ao abrigo do n.º 2 do art.º 89º do Decreto-Lei n.º 555/99  
876 de 16 de dezembro para a realização de obras, de modo a colmatar  
877 más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a  
878 situação ou não forem executadas as obras intimadas;

- 879 3. Nos termos do n.º 3 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal  
880 sobre os Imóveis, na redação dada pela Lei n.º 119/2019, de 18 de  
881 setembro, elevar para o triplo a taxa prevista na alínea c), nos casos  
882 de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

883 e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os  
884 prédios como tal definidos em diploma próprio;

885 4. Nos termos n.º 1 do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal  
886 sobre Imóveis, a redução levando em consideração o número de  
887 dependentes a cargo, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

888 - - - - 4.3) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA À  
889 PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA NO IRS -  
890 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES:- Usou  
891 da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra perguntando qual o montante  
892 estimado pelos serviços, quanto ao impacto financeiro, que os contribuintes  
893 este ano vão notar pela passagem dos 3% para os 5%, com impacto no  
894 Orçamento para 2021.

895 Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira informando que se traduz  
896 numa diferença de €75.000.

897 Retomou a palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo O aumento  
898 que as pessoas que vão sentir no IRS que vão apresentar no início do ano,  
899 será no valor que acabou de referir.

900 Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira informando que se está a  
901 falar numa diferença de €150.000.

902 Retomou a palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que a  
903 expectativa de início de mandato foi que a redução se mantivesse, como  
904 sabem esta taxa chegou a estar em 3% e foi aumentada para 5%. A nossa  
905 expectativa era que a diminuição fosse sustentada para privilegiar o rendimento  
906 da população Ao contrário, Gouveia está associado claramente ao aumento da  
907 tributação de 2%, que os contribuintes vão sentir no IRS no início do ano que  
908 vem. Pelo referido, os Vereadores do PS votam contra esta proposta.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

909 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que não podem dizer que há  
910 um desequilíbrio das Receitas Correntes com as Despesas Correntes quando o  
911 Senhor Vereador sabe que grande parte das Despesas Correntes vão para  
912 apoiar a comunidade. Não podem apoiar a comunidade estando  
913 sistematicamente a retirar fonte de rendimento ao Município para precisamente  
914 financiar essas atividades. Se diminuirmos as fontes de financiamento da  
915 Câmara, então deixamos de apoiar a comunidade da maneira como apoiamos,  
916 com os diferentes programas que apoiamos. Deste modo, é preciso receita. A  
917 Câmara tem que ter uma fonte importante de receita que vem desta fonte de  
918 rendimento, sendo que não são os mais necessitados que efetivamente pagam  
919 IRS ou que pagam muito IRS.

920 Por outro lado, não é o Município que fixa as taxas de IRS e, portanto, não  
921 podem querer que o Governo queira que os Municípios paguem mais,  
922 nomeadamente, como vai acontecer uma sobretaxa elevada nos transportes. É  
923 preciso receitas, pois da parte do Estado não há transferência de receitas a  
924 mais para cobrir esta despesa. Ainda no dia anterior se realizou uma reunião  
925 com o Senhor Secretário de Estado da Mobilidade por causa deste défice que  
926 vai acontecer em termos de toda a Comunidade Intermunicipal relativamente  
927 aos transportes coletivos. Este é só um exemplo.

928 Agora seremos os primeiros a querer reduzir tudo o que sejam encargos dos  
929 nossos munícipes, pois é a mesma coisa que existirem encargos sobre nós  
930 próprios enquanto cidadãos, pois fazemos parte da população. O nosso maior  
931 gosto seria reduzir tudo o que é encargos dos contribuintes. Mas também  
932 temos que ver aquilo que reduzindo na população com aquilo que  
933 disponibilizamos de apoios, seja a nível social, educativos, culturais, aos  
934 empresários, como o pagamento de rendas e empréstimos, tudo aquilo que  
935 proporcionamos à população. Considera que não se deve entrar numa de  
936 redução, porque depois não há com que apoiar. E como é nossa intenção  
937 continuar a prosseguir com esses apoios, para isso é necessário existirem  
938 receitas e fontes de rendimento do Município. Tem que haver o equilíbrio e  
939 para continuarem a conceder os apoios que concedem às pessoas, famílias,



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

940 empresas, comerciantes, às associações culturais e desportivas, corporações  
941 de bombeiros, é preciso que haja receita da Câmara para que tal possa  
942 acontecer.

943 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que as opções  
944 são muito claras e na análise ao Orçamento vão ver isso. Esta Câmara decidiu  
945 claramente que a Caixa Geral de Depósitos e o Montepio vão pagar menos e  
946 os residentes no concelho vão pagar mais. É isto que está decidido e é uma  
947 opção estratégica do Senhor Presidente.

948 Em segundo lugar, no que diz respeito ao gasto do dinheiro do Município, na  
949 presente ordem de trabalhos vão discutir um ponto onde a Câmara propõe  
950 gastar dinheiro num projeto de €38.000. Questiona: haverá ou não, no campo  
951 das opções, melhores alternativas? Temos opções diferentes das do Senhor  
952 Presidente. E é isso que está em causa: as opções. Ou se pode ir buscar  
953 dinheiro ao cidadão ou se pode ir buscar dinheiro a outras pessoas. Pode-se  
954 gastar dinheiro de uma maneira ou se pode gastar dinheiro de outra. E as  
955 opções que estão a ser adotadas, não são certas e por isso é que estão a  
956 tomar estas atitudes em relação à fiscalidade na Câmara Municipal de  
957 Gouveia. As opções deviam ser outras e os Vereadores do PS defendem  
958 outras opções.

959 Considerando que:

- 960 • O n.º 1 do art.º 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual  
961 redação, estabelece que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma  
962 participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio  
963 fiscal na circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano  
964 imediatamente anterior calculada sobre a respetiva coleta líquida das  
965 deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.
- 966 • O n.º 2 do mesmo artigo determina que a participação suprarreferida  
967 depende de deliberação sobre a percentagem do IRS pretendida pelo  
968 Município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara  
969 Municipal à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de dezembro do  
970 ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

971 • A necessidade de manter em 2021 o equilíbrio orçamental que sustente  
972 o aumento de investimento e o aumento gradual dos apoios sociais,  
973 culturais e desportivos.

974 Delibera a Câmara, por maioria, com dois votos contra dos Senhores  
975 Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e com cinco votos a favor por parte  
976 do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores do PPD/PSD e, em minuta,  
977 de modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da  
978 Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no uso das competências previstas na  
979 alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
980 setembro, aprovar submeter à Assembleia Municipal a **aplicação da taxa de**  
981 **5% da participação variável no IRS**, a pagar pelos contribuintes com  
982 domicílio fiscal no concelho de Gouveia, respeitante aos rendimentos auferidos  
983 durante o ano imediatamente anterior.

984 - - - 4.4) **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA**  
985 **TMDP – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE**  
986 **2021:-** Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador solicitando  
987 informação do valor recebido de cada operador de telecomunicações.

988 Interveio o Senhor Vereador João Paulo Agra acrescentando, para além desta  
989 informação, pretendia saber se as diligências que têm sido feitas para a  
990 Câmara receber dos operadores de telecomunicações os valores que são  
991 devidos.

992 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, no momento, não sabe  
993 informar acerca dos valores. Informou que é remetida a cada operador de  
994 telecomunicações a certidão da deliberação aprovada pelos órgãos da  
995 autarquia.

996 Considerando:

997 • Que, de acordo com o artigo 12º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de  
998 maio e com a Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, atualizada pelo Decreto-  
999 Lei nº 92/2017, de 31 de julho, a TMDP é determinada com base na  
1000 aplicação de um percentual sobre cada fatura dos clientes finais de



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1001 comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para  
1002 todos os clientes finais do correspondente município;

1003 • O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada  
1004 Município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se  
1005 destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25/prct;

1006 • A determinação do nº 4 do referido artigo 106º, nomeadamente que nos  
1007 municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem  
1008 redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em  
1009 local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento, ou seja, que a taxa  
1010 aplicada pelos municípios é da responsabilidade das empresas não  
1011 podendo repercutir-se nas faturas dos cidadãos, utentes/consumidores  
1012 finais;

1013 • Que, tem sido política dos Órgãos do Município de Gouveia fixar as  
1014 taxas tendo em atenção o equilíbrio orçamental do Município.

1015 Delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de modo a produzir efeitos  
1016 imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
1017 setembro, no uso das competências previstas na alínea ccc) do n.º 1 do art.º  
1018 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à discussão e  
1019 votação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do artigo 25º, nº  
1020 1, alínea b), do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em  
1021 consideração do estipulado no artigo 106º, do Decreto-Lei nº 5/2004, de 10 de  
1022 fevereiro, na sua atual redação, a **aplicação da Taxa Municipal de Direitos**  
1023 **de Passagem (TMDP), fixando o respetivo valor em 0,25/prct** sobre o total  
1024 da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de  
1025 comunicação eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os  
1026 clientes finais do Município, e cujo pagamento é da exclusiva responsabilidade  
1027 dessas empresas.

1028 - - - 4.5) **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PPI,**  
1029 **ATIVIDADES MAIS RELEVANTES E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA**  
1030 **CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA PARA O ANO DE 2021:-** Usou da  
1031 palavra o Senhor Presidente iniciando a apresentação do Orçamento, PPI e



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1032 Atividades mais Relevante para 2021, começando por referir que o mesmo  
1033 prossegue aquilo que tem sido a tônica dos Orçamentos anteriores, ou seja,  
1034 reforçar o apoio em termos daquilo que é a ação social, o investimento na  
1035 educação, o apoio ao movimento associativo, às associações, aos bombeiros,  
1036 à prática desportiva. Para 2021, propõe-se aumentar ainda mais este apoio de  
1037 modo a irem de encontro à situação difícil que essas associações estão a  
1038 passar com a pandemia.

1039 No Orçamento, através dos projetos “Gouveia Invest” e “Gouveia Empreende”,  
1040 pretendem lançar planos de apoio ao comércio e às empresas, num montante  
1041 que rondará os €170.000, pelo menos, para já. Este montante poderá sofrer  
1042 alteração ao longo do ano conforme a evolução da pandemia.

1043 Por outro lado, é intenção continuar com o apoio ao investimento nas Juntas de  
1044 Freguesia, seja por toda a colaboração e apoio que a autarquia presta, seja  
1045 através da celebração dos contratos-programa.

1046 É ainda propósito prosseguir em termos de investimentos na cultura, no Teatro  
1047 Cine, que recentemente celebrou 78 anos de existência, em que há  
1048 necessidade de efetuar um investimento à volta dos €200.000; investir na  
1049 Requalificação do Museu Abel Manta, de acordo com as necessidades que já  
1050 foram detetadas; avançar com a obra da Villa Josephine, em Melo, para que  
1051 possa ser criado um espaço de cultura viva e uma residência artística.

1052 Este Orçamento vai continuar a investir na área do desporto, é exemplo disso a  
1053 Requalificação do Estádio Municipal.

1054 Em termos ambientais, vai iniciar-se o investimento da Requalificação do  
1055 Parque Ecológico, um investimento que conta com apoio comunitário e rondará  
1056 os €700.000.

1057 Em parceria com o Município de Celorico da Beira, a Câmara Municipal vai  
1058 também avançar com a construção do canil/gatil intermunicipal.

1059 Evidenciou, ainda, a concretização do projeto da Requalificação da Antiga  
1060 Fábrica dos Balões, no Bairro do Castelo, em Gouveia.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1061 Este Orçamento não descarta as intervenções na rede viária e, por esse motivo,  
1062 vão arrancar com a Requalificação do Caminho de Jancão e Caminho de Santo  
1063 António.

1064 Referenciou uma intervenção substancial na Freguesia de Vinhó que tem em  
1065 vista resolver o escoamento das águas pluviais que se acumulam na Avenida  
1066 da Igreja, seguindo-se a requalificação daquele espaço.

1067 Com este Orçamento vai também avançar a obra de Requalificação do Bairro  
1068 de S. Lázaro (Chões), em Gouveia, uma vez que a candidatura está aprovada  
1069 e, em simultâneo, é intenção requalificar também a Rua Fernando Rebelo,  
1070 nesta cidade.

1071 Para além disso, pretende-se ainda concretizar um investimento ao nível da  
1072 Requalificação do Caminho das Regadas, na União de Freguesias de Figueiró  
1073 da Serra e Freixo da Serra, avançando para a parte que diz respeito à  
1074 pavimentação, execução das guardas de segurança e do escoamento de  
1075 águas pluviais.

1076 Destacou, também, a Requalificação da Avenida dos Vilanovenses, na  
1077 freguesia de Vila Nova de Tazem, um investimento no valor de €420.000.

1078 É ainda objetivo avançar com a Requalificação da Estrada do Curral do Negro,  
1079 uma via fundamental para a parte turística do concelho de Gouveia e avançar  
1080 com a 2.ª fase de Requalificação do Bairro de Santo António, em Nespereira.

1081 Fez referência ao compromisso assumido com o ICNF no sentido de se  
1082 requalificar a Estrada do Vale do Rossim.

1083 Assinalou, ainda, o investimento importante que se pretende realizar no  
1084 Estaleiro Municipal, nomeadamente, com a construção do coberto destinado a  
1085 acondicionar viaturas e outros materiais.

1086 Fez alusão a uma verba de apoio comunitário que, este ano, com a questão da  
1087 pandemia e com o funcionamento da CCDDR Centro a “meio gás”, ainda não  
1088 está totalmente fechada e que se prende com uma requalificação final na  
1089 Escola Básica de Moimenta da Serra, no valor de €50.000.

1090 Outra intervenção que destacou neste Orçamento prende-se com a construção  
1091 de uma fossa séptica na Ponte Nova e respetivo sistema de transporte,



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1092 aproveitando a possibilidade concedida por um privado que disponibilizará uma  
1093 parcela de terreno para a sua colocação e que está articulado com a Junta de  
1094 Freguesia.

1095 Com este Orçamento, pretende-se concluir quer o investimento na zona da  
1096 antiga Belino & Bellino, bem como a obra do Mercado Municipal. Duas obras  
1097 que se encontram em fase final de conclusão, esperando que, brevemente,  
1098 possam ter o seu epílogo e sejam colocadas ao serviço da comunidade.

1099 Em termos culturais, é intenção continuar com a realização dos eventos que  
1100 forem possíveis levar a efeito face à pandemia, bem como continuar com as  
1101 ações de promoção do território que forem possíveis também realizar face à  
1102 situação que vivemos.

1103 Nesta incerteza relativamente àquilo que for possível concretizar, não temos  
1104 qualquer dúvida em reservar uma parte substancial de investimento para o  
1105 apoio quer aos comerciantes, quer aos empresários, para a ajuda e estímulo  
1106 ao comércio local, mas também no apoio ao pagamento de rendas e  
1107 prestações bancárias.

1108 É intenção continuar com o investimento forte na educação, esperando que o  
1109 ano de 2021 seja um ano em que o Programa de Combate ao Insucesso  
1110 Escolar, finalmente, venha a ter execução, já que é uma iniciativa que faz parte  
1111 do Pacto da CIM-BSE mas que, por razões diversas, até agora não teve  
1112 grande execução por parte de nenhum Município. Houve um primeiro Aviso,  
1113 contudo não teve muita expressão. Vai agora sair um 2.º Aviso e, esse sim,  
1114 espera que vá de encontro àquilo que efetivamente está previsto e programado  
1115 em termos de educação.

1116 Em jeito de conclusão, reafirmou que este é o Orçamento e Plano de  
1117 Atividades que se propõem realizar, esperando que o tempo e esta pandemia  
1118 não o ponham em causa e que seja possível efetivamente cumpri-lo, sobretudo  
1119 na parte cultural. Este tem sido um setor bastante prejudicado com esta  
1120 pandemia e ambiciona rapidamente se possa voltar ao normal, com a  
1121 realização de atividades com as associações, com os gouveenses a poderem  
1122 participar nesses eventos culturais e recreativos para promoção do nosso



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1123 território e também das associações e, dessa forma, dar a conhecer o nosso  
1124 território nesses eventos importantes que se pretendem realizar, seja através  
1125 das Festas do Senhor do Calvário, do Gouveia Art Rock, da Festa da Castanha  
1126 ou da Vinal. São eventos importantes de promoção dos produtos e de  
1127 promoção do nosso território.

1128 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra que, antes de tecer as  
1129 considerações acerca do documento, protestou por um aspeto que é  
1130 fundamental. Recordou que, no dia 15 de outubro de 2020, os Vereadores  
1131 eleitos pelo PS, solicitaram um conjunto de documentação relativamente à  
1132 execução orçamental e aos compromissos assumidos, a qual reforçaram quer  
1133 no dia 22 de outubro, quer na última reunião de Câmara realizada no dia 12 de  
1134 novembro.

1135 Lembrou que, no dia 22 de outubro, o Sr. Presidente referiu que em relação “ao  
1136 pedido, os serviços de contabilidade encontram-se a providenciar a elaboração  
1137 da informação.”

1138 Em 12 de novembro, em relação aos mesmos documentos, referiu que “Em  
1139 relação à informação contabilística, por lapso seu, não questionou os serviços.  
1140 Quando terminar a reunião irá perguntar e enviará a informação por e-mail aos  
1141 Senhores Vereadores.” E, até ao momento, nada foi remetido aos Vereadores  
1142 do Partido Socialista.

1143 Cumpre neste momento afirmar que esgotadas as promessas veladas de  
1144 entrega da informação, a verdade é que chegaram ao dia da discussão do  
1145 Orçamento para 2021 e nada foi fornecido. Provocatoriamente foi ocultada a  
1146 informação, o que não dignifica nada a atitude do Sr. Presidente.

1147 Em relação à COVID-19, como também falaram na reunião a propósito dos  
1148 elementos a que anteriormente fez referência, terá motivado a alteração  
1149 legislativa que orientou o prazo de entrega do orçamento fosse prorrogado por  
1150 mais 30 dias, ou seja, estão hoje aqui a discutir o Orçamento porque a Lei foi  
1151 aprovada. Porque foi entendido na altura, e bem, que para evitar revisões que  
1152 venham a ocorrer no ano que vem, haveria que prorrogar esta entrega do  
1153 Orçamento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1154 Portanto, o que está aqui em causa é em primeiro lugar evitar que haja  
1155 revisões ao Orçamento. Numa primeira pergunta, impõe saber-se, neste caso  
1156 em relação à COVID-19 qual é o impacto orçamental que efetivamente se tem  
1157 quer do lado da Receita, mas, como é óbvio, essencialmente, do lado da  
1158 Despesa, quais são as rubricas que efetivamente são afetadas e qual o valor  
1159 que está em causa.

1160 Salientou a importância, em relação à COVID-19, de atender às populações  
1161 afectadas, às perdas de rendimento e aos empresários, principalmente,  
1162 aqueles que foram afetados negativamente. Principalmente aqueles que não  
1163 tiveram apoio por parte da Câmara Municipal, impõe-se que no próximo ano  
1164 esses empresários sejam apoiados ou ainda aqueles que tiveram apoios  
1165 desajustados em relação aos prejuízos.

1166 Ao se incentivar o pagamento das prestações aos bancos mais uma vez  
1167 esteve-se a favorecer os proprietários e os bancos, esses sim receberam em  
1168 primeiro lugar, não sabe se os trabalhadores foram objecto desse privilégio,  
1169 foram ou não apoiados.

1170 Constatou ainda e a isso fizeram referência, foram criados uma panóplia de  
1171 apoios por parte do Estado às Autarquias no âmbito da pandemia da COVID-  
1172 19.

1173 Interrompeu o Senhor Presidente informando que ainda na última reunião da  
1174 ANMP se abordou essa questão e, inclusivamente, continuam à espera desses  
1175 apoios, pelo que o Senhor Vereador está equivocado. Foram prometidos  
1176 apoios para junho para os testes e para os EPI's e ainda não receberam  
1177 nenhuma verba.

1178 Retomou a palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra acrescentado que a  
1179 Câmara Municipal recorreu à moratória no pagamento das águas e podia não  
1180 concorrer. Havia ainda a possibilidade de recurso ao crédito, só não aderiu  
1181 porque não quis.

1182 Em terceiro ponto, em relação aos apoios, pensa que a Câmara está a elaborar  
1183 uma candidatura para esse efeito, aliás, se quiser facultar os dados que já  
1184 foram solicitados, agradecem.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1185 Não concorda com alguns apoios que foram indiscriminadamente atribuídos  
1186 pelo Município de Gouveia, a quem foi prejudicado pela COVID-19 e a quem  
1187 não foi prejudicado pela COVID-19, Não faz sentido nenhum a Câmara estar a  
1188 receber apoios por coisas que foram atribuídas indiscriminadamente. É o caso  
1189 dos apoios da água, mas fala de outros apoios. Quase todos os apoios foram  
1190 indiscriminados, não houve uma discriminação em função das pessoas que  
1191 foram afetadas negativamente pela COVID-19.

1192 Evidencia o papel que os resistentes tiveram durante estes tempos e espera  
1193 que continuem pois é deles que o futuro depende. Provavelmente, não serão  
1194 bem sucedidos nos próximos atos eleitorais mas esse sabem que o seu  
1195 esforço é reconhecido.

1196 Em relação à transferência de competências pretendia saber qual é o impacto  
1197 da transferência de Competências ao nível do Orçamento que está a ser  
1198 proposto.

1199 Referiu que este aumento do prazo para a apresentação do Orçamento  
1200 aumentou as responsabilidades de quem procedeu à sua elaboração

1201 A Câmara teve mais tempo para cumprir aquilo que é uma obrigação moral em  
1202 primeiro lugar, mas é uma obrigação legal, nomeadamente, A possibilidade de  
1203 a Câmara Municipal ouvir as forças vivas da população, dos Partidos Políticos  
1204 que é obrigado por lei ou o Conselho Municipal de Juventude.

1205 Em relação à consulta aos partidos políticos devemos denunciar, uma vez  
1206 mais, que o PS não foi ouvido. Só tendências autoritárias e muita impunidade  
1207 justificam esta gratuita violação da lei. Quanto à consulta à juventude, referimos  
1208 que nem todos certamente ficarão calados com os rebuçados inscritos no  
1209 orçamento.

1210 Pretendia ainda ser informado no que diz respeito à cobrança da água, a  
1211 respeito do regulamento que foi trazido à Câmara Municipal, ficaram com a  
1212 sensação de que o início de funções era 1 de janeiro de 2021, contudo, quem  
1213 olha para o Orçamento, quer na inscrição das Receitas, quer nas despesas que  
1214 afinal não será a 1 de janeiro de 2021.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1215 Por último, quem compara o Orçamento para 2021 com os Orçamentos  
1216 anteriores repara na inscrição de uma Receita de Capital de €3.250.000, pelo  
1217 que solicitou o esclarecimento sobre esta receita.

1218 Assinalou que no Orçamento faz referência à receita reembolso do IVA e mais  
1219 uma vez pretendia ser esclarecido sobre a origem desse mesmo valor.

1220 Por último, em relação às despesas com o pessoal é feita a inscrição  
1221 0201010403 – “Alterações facultativas de posicionamento remuneratório”, no  
1222 valor de €25.000, pelo que pretendia saber se se referem à opção gestionária  
1223 de aumento dos funcionários.

1224 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que este  
1225 Orçamento para 2021 é uma vez mais demonstrativo que não existe uma visão  
1226 de médio e longo prazo do Município para o concelho. São medidas avulsas, não  
1227 há uma linha orientadora, e isso é reflectido em termos daquilo que está  
1228 plasmado neste documento.

1229 Começando pela primeira página dizer que na apresentação diz “é  
1230 *precisamente neste enquadramento conjectural*”, não tem a certeza se  
1231 prendiam dizer que é uma questão de conjectura, porque às vezes dá a ideia  
1232 que é conjectural, que é ao acaso. Poderá haver um erro e convinha que fosse  
1233 analisado.

1234 Nos investimentos, no descritivo orçamental, gostaria de questionar, uma vez  
1235 mais vêm o Caminho de Jancão, uma obra que consta desde há muito tempo  
1236 no Orçamento. Em relação à obra de requalificação do Bairro de Santo  
1237 António, em Nespereira, pretendia saber porque é referido “2.ª fase”, pretendia  
1238 saber se a 1.ª fase já foi feita, porque pelo que sabe foram tapados uns  
1239 buracos junto às Casas do Rio e ainda não houve qualquer intervenção neste  
1240 Bairro.

1241 Em 22 de junho, foi aprovado pela Câmara um empréstimo para investimentos  
1242 na rede viária e nas quatro obras que eram objeto desse financiamento estava  
1243 a Av. Dr. Aureliano Gonçalves, já concretizada, a beneficiação do troço do  
1244 cemitério de lagarinhos à EN17, que foi aprovado numa recente reunião de  
1245 Câmara, estará em vias de ser concretizada a fase 1 do arruamento do Bairro



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1246 de Santo António que não está concretizada e a beneficiação da Rua 5 de  
1247 Outubro até ao Centro De Dia de Paços da Serra pensa que estará concluída.  
1248 Analisando nas GOP's e PPI vemos que quando se referem ao Bairro de Santo  
1249 António em Nespereira, não é referida a fase do investimento e as respectivas  
1250 verbas pelo que pretendia que explicasse o que foi feito até ao momento no  
1251 Bairro de Santo António.

1252 Gostaria ainda de perceber o que é que vai ser feito na estrada do Vale do  
1253 Rossim, porque aparecem verbas de investimento em 2021 e em 2022, o que  
1254 foi feito este ano não foi nenhuma requalificação, foi atirar para lá com uns  
1255 montes de tout-venant, não salvaguardando o escoamento nessa estrada.  
1256 pretendia saber o tipo de requalificação da estrada do Vale do Rossim que se  
1257 arrasta no tempo, uma vez que existe uma verba de €100.000 para 2021 e em  
1258 2022 mais €100.000.

1259 No que diz respeito à estrada do Curral do Negro, pretendia saber se a  
1260 requalificação vai mesmo avançar e se a mesma está em condições de se  
1261 iniciar ou se o Senhor Presidente tem informação até quando se prevê que o  
1262 transporte da madeira ardida nos incêndios de 2017 continuará a ser  
1263 transportada, através desta estrada de acesso ao Curral do Negro.

1264 No que diz respeito a obras, não existe nenhuma verba para o Bairro Social de  
1265 Vila Nova de Tazem que considera ser uma prioridade, assim como para a  
1266 substituição do telhado de amianto do estaleiro municipal, uma Câmara que até  
1267 ganha galardões de ser um Município familiarmente amigo das famílias e  
1268 responsável, devia ter a responsabilidade de não sujeitar os trabalhadores a  
1269 trabalharem de guarda-chuvas abertos nos dias em que chove quando  
1270 sabemos que aquele telhado está completamente degradado e com as  
1271 consequências nefastas que isso acarreta. Isso devia sim ser prioritário e já  
1272 devia ter sido feito, bem como o bairro social de Vila Nova, são obras  
1273 prioritárias em relação a outras.

1274 O Orçamento reflete as escolhas que o executivo tem direito a fazer, é uma  
1275 questão de escolhas e quando o Senhor Presidente referiu anteriormente que  
1276 para poder ajudar as famílias é preciso arrecadar receitas, nomeadamente o



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1277 IRS, é preciso arrecadar receitas, mas também é preciso gastar bem o dinheiro  
1278 e nem sempre isso acontece.

1279 Ainda em relação ao Orçamento continuamos a verificar o projeto  
1280 “Estabilização de Emergência Pós-incêndio” com uma verba de €185.000,  
1281 pretendia esclarecimento do que ainda falta fazer após três anos ainda temos  
1282 uma verba inscrita sobre os incêndios de 2017.

1283 No que diz respeito ao Caminho de acesso às Regadas, confessou que de  
1284 facto não conhece esse caminho, pelo que gostaria de perceber já depois de  
1285 realizados €193.000 de investimento, ainda está inscrita uma previsão para  
1286 2021 de mais €300.500 para requalificação desse caminho. É evidente que há  
1287 um investimento a nascer naquele local, agora é preciso justificar o  
1288 investimento que está a ser feito por parte da Câmara que, ao longo de anos,  
1289 foi solicitado pelos moradores daquele local e nunca foi atendido cabalmente e  
1290 foi preciso vir um investidor de fora para que a Câmara olhasse para este  
1291 caminho. O porquê de um investimento na ordem dos €493.500 para  
1292 requalificação deste caminho.

1293 Quando se fala na requalificação do Teatro Cine gostava de perceber que tipo  
1294 de requalificação é esta, porque prevê uma verba de €75.000 para 2021 e  
1295 €200.000 para 2022 e para 2023 €75.000, vamos fazer obras e interrompê-las  
1296 ou se as obras vão começar no final do ano e vai estar o ano todo em obras em  
1297 2022 porque a verba vai prolongar-se por dois anos.

1298 Relativamente à requalificação da Vila Josephine existe um valor inscrito para  
1299 2022 de €75.000 para 2021, para 2022 €200.000 e 2023 mais €75.000, vamos  
1300 entrar em obra ou não em 2021 ou será que estes €75.000 pouco mais servem  
1301 do que para fazer o projeto de requalificação.

1302 Usou da palavra o Senhor Presidente respondendo ao Senhor Vereador João  
1303 Paulo Agra, relativamente à questão da COVID-19 não foi efetuada nenhuma  
1304 candidatura aos apoios que, eventualmente, possam vir para este efeito, seja  
1305 para a aquisição dos EPI's, seja para aquisição e realização dos testes, seja  
1306 para aquisição de computadores e portáteis adquiridos para os alunos dos  
1307 AEG. Como sabe, este Aviso era para ter saído em junho, depois em outubro e



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1308 aquilo que sabem é que não é publicado porque não há verba. E mais, pode  
1309 informar que, agora em janeiro, as Comissões de Coordenação e  
1310 Desenvolvimento Regional vão ser instadas a verificar, em relação aos  
1311 Municípios e aos pactos das Comunidades Intermunicipais, os investimentos  
1312 que estavam previstos e ainda não foram realizados, porque a intenção do  
1313 Governo é, em relação às verbas que não foram utilizadas, retirá-las para  
1314 financiar estes programas. Espera que isso não aconteça. Foi isso que já  
1315 fizeram questão de transmitir aos membros do Governo que relativamente a  
1316 este assunto se relacionam, porque, mais uma vez, houve a promessa destes  
1317 dois tipos de apoios, mais concretamente, os apoios para a aquisição dos EPI's  
1318 e para os testes e depois para o material informático e outros que tinha sido  
1319 adquirido para os Municípios para ajuda a esses investimentos realizados e até  
1320 hoje não há candidaturas feitas porque não há verba.

1321 Quanto ao montante das transferências do Município para as Juntas de  
1322 Freguesia, andarà à volta dos €190.000 a €200.000.

1323 Relativamente à questão da cobrança da água e início de atividade da  
1324 empresa, brevemente vai ser realizada uma reunião para acertar e definir a  
1325 data do início de atividade da empresa, até porque têm compromisso com a  
1326 ERSAR e com o próprio POSEUR relativamente às candidaturas aprovadas e  
1327 que têm que ser colocadas em prática, para já e, cautelarmente, colocam em  
1328 Orçamento. De facto, ele próprio informou que o seu início estava previsto para  
1329 janeiro de 2021 e, portanto, neste momento, ainda não está certo em que  
1330 moldes, se na totalidade, se faseadamente, vai começar o exercício da  
1331 atividade da empresa.

1332 Relativamente à verba inscrita de €3.000.000 de Receita de Capital, virá de  
1333 apoios comunitários que, neste momento, e por isso mesmo não os quisemos  
1334 colocar no Orçamento, ainda não estão certos, logo que estejam, entrarão.  
1335 Pode adiantar que há cerca de €390.000 que a Câmara Municipal poderá vir a  
1336 recorrer a candidaturas no âmbito do património natural para fazer  
1337 investimentos que queremos realizar nos Viveiros de Folgosinho, quer na Casa  
1338 das Sementes, quer na Casa dos Sumos do Mondego, com apoio comunitário.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1339 Mas, neste momento, não está essa verba incluída no Orçamento, porque não  
1340 está definitivamente certa que será disponibilizada, mas a expectativa é que  
1341 seja. Aliás, na sequência de uma reunião realizada esta semana na CIM com a  
1342 nova Presidenta da CCDR-C é que tal verba muito provavelmente será  
1343 disponibilizada e como tal vir a avançar com essas intervenções com apoio  
1344 comunitário.

1345 Por último, em relação às despesas com o pessoal, está uma inscrição  
1346 0201010403 – alterações facultativas de posicionamento remuneratório, no  
1347 valor de €25.000, a verba é destinada à opção gestionária e por conseguinte à  
1348 requalificação do pessoal.

1349 Respondendo à Senhora Vereadora Conceição Salvador é natural que seja  
1350 uma gralha, de facto não é “conjetural”, mas sim “conjuntural” que será  
1351 corrigido no documento, referindo que não se trata de nenhum orçamento “ao  
1352 calhas”, nem “avulso”.

1353 No que diz respeito ao Caminho do Jancão, está inscrito no Orçamento com  
1354 uma verba para efetuar a obra, contudo, no Orçamento de 2021, o valor está  
1355 reforçado no sentido de contemplar também o Caminho de Santo António.

1356 No que diz respeito ao Bairro de Santo António, na freguesia de Nespereira, a  
1357 primeira fase tem a ver com uma verba que foi objeto de um empréstimo. Está  
1358 a concluir-se o projeto para o colocar a concurso. Era nossa expectativa que  
1359 ainda este ano pudéssemos lançar o procedimento para adjudicação da obra.  
1360 A segunda fase, tem a ver com o restante. Dado tratar-se de uma obra  
1361 “pesada”, a mesma será dividida em duas fases e aquilo que estão a fazer é  
1362 colocar para 2021, também, a segunda fase.

1363 No que diz respeito à estrada do Curral do Negro, a expectativa e aquilo que vão  
1364 tendo de informação do serviço de proteção civil que tem acompanhado esta  
1365 questão, é que em princípio até março/abril o grosso do material já terá sido  
1366 retirado e, nessa altura, estaremos em condições de avançar para a obra,  
1367 porque não a queremos prolongar mais, dado que aquela artéria necessita de  
1368 efetiva intervenção e, portanto, o nosso objetivo é arrancar com a obra.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1369 Em relação ao Bairro Social de Vila Nova de Tazem, este bairro pertence à  
1370 Comissão Fabriqueira. A Câmara já realizou uma reunião com esta Comissão,  
1371 porque para efetuar a candidatura ao 1.º Direito tem que ter, no mínimo, o  
1372 direito de superfície daquele espaço, para além de que, naquele Bairro existem  
1373 casas que já são particulares.

1374 Portanto, a intervenção que terá lugar será conjunta. Será da Câmara enquanto  
1375 promotora, mas, também queremos que os particulares que já são proprietários  
1376 de alguns dos imóveis também se candidatem às intervenções que irão ter  
1377 lugar. Precisamente por isso, nesta área do 1.º Direito, não está nenhuma  
1378 verba substancial, está uma verba para tratarmos da parte de projetos e  
1379 procedimentos que seja necessário efetuar para apresentar as candidaturas  
1380 para obter o respetivo apoio, que poderá ser uma parte substancial a fundo  
1381 perdido e a outra que poderá ser a título de empréstimo, quer para a Câmara,  
1382 quer para os próprios particulares. Vai ser um programa que terá todo o  
1383 empenho da Câmara no próximo ano em termos de efetivas candidaturas para  
1384 as respetivas intervenções.

1385 Relativamente à substituição do telhado do estaleiro municipal, temos uma  
1386 rubrica de “instalações municipais” com uma inscrição de mais de €100.000.  
1387 Para além daquela que destacou como sendo uma intervenção nova  
1388 relativamente à construção do coberto, pretendemos também intervir na  
1389 cobertura atual do estaleiro municipal.

1390 A intervenção da “estabilização pós-emergência” ainda decorre dos incêndios e  
1391 tem estado a ser executada e irá concluir-se.

1392 Em relação ao Caminho das Regadas, houve uma primeira fase, depois houve  
1393 uma segunda fase que teve a ver com a preparação da estrada/caminho que  
1394 foi objeto de alargamento e de reconstrução de um muro que desabou. O  
1395 projeto para este montante que está previsto contempla, para além do  
1396 escoamento de águas pluviais com uma extensão significativa, o alcatroamento  
1397 e guardas de proteção ao próprio caminho dada a sua inclinação. Não foi só  
1398 agora que este caminho teve intervenção, já anteriormente teve, que passou  
1399 pelo alcatroamento para melhorar a acessibilidade dos moradores, embora



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1400 sejam em número reduzido. Agora, este investimento feito no caminho destina-  
1401 se não só a permitir a acessibilidade a todos, mas também a permitir que este  
1402 investimento se concretize, porque é do interesse do concelho, pelo  
1403 investimento que está a ser efetuado e a bom ritmo, pelos postos de trabalho  
1404 que necessariamente vão ser criados e é bom que sejam ocupados  
1405 maioritariamente por gouveenses. E, por isso mesmo, é um investimento que  
1406 se justifica.

1407 Relativamente ao Teatro Cine, as intervenções prendem-se com o arranjo da  
1408 cobertura, mas também intervenções no próprio interior, por exemplo, as  
1409 cadeiras que têm que ser substituídas. É um conjunto diverso de intervenções  
1410 que estão previstas e pela própria natureza dos investimentos, uma parte será  
1411 no exterior e uma parte será no interior.

1412 Em relação à Vila Josephine, trata-se de uma verba de €75.000 para a  
1413 execução da própria obra, um investimento avultado que não conta, para já,  
1414 com apoio comunitário.

1415 Vão iniciar também com o projeto da “Casa do Território” que será a  
1416 requalificação da antiga Fábrica dos Balões, um investimento avultado que,  
1417 para já, também não tem qualquer apoio comunitário.

1418 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador solicitando uma vez  
1419 esclarecimento em relação à estrada do Vale do Rossim. Por outro lado, em  
1420 relação à verba FEF tem a ver com transferência de competências ou não está  
1421 refletido essa questão.

1422 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que se trata de aumento do  
1423 FEF, nada tem a ver com a transferência de competências. No que diz respeito  
1424 à estrada do Vale do Rossim, o investimento total da obra é de €400.000.  
1425 Queremos de forma articulada, para 2021, fazer uma intervenção que depois  
1426 se conjunge com a que se realizar, no sentido de, nomeadamente, em relação  
1427 à parte da estrada que está pior, podermos intervencionar mais rapidamente  
1428 nessa parte.

1429 Há outra parte da estrada que ainda não está muito mal, comparativamente  
1430 com outras, na parte da estrada que está pior pretendemos de forma mais



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1431 imediata intervir. É nessa medida que estimamos realizar este investimento  
1432 desta forma, juntamente com outra qualquer possibilidade de reforço de verba  
1433 que possa vir a existir através da articulação com um outro qualquer investidor  
1434 que possa colaborar com este investimento, nomeadamente, a própria EDP  
1435 Distribuição e o valor aí poder vir a ser superior.

1436 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador  
1437 referindo que quando fala em €400.000 de investimento na estrada do Vale do  
1438 Rossim, significa que a Câmara de Gouveia assume finalmente que é uma  
1439 responsabilidade sua ou o placard que lá esteve não tem sentido.

1440 Respondeu o Senhor Presidente reafirmando que a Câmara de Gouveia não  
1441 assume responsabilidade nenhuma porque aquela estrada não é  
1442 responsabilidade municipal. A Câmara Municipal, infelizmente, tem que se  
1443 substituir à entidade responsável. É um investimento que não é obrigação da  
1444 Câmara, mas que se vêem forçados a fazer, porque quem tem  
1445 responsabilidade e obrigação para o fazer, não o faz.

1446 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador dizendo que o  
1447 Senhor Presidente, anteriormente, referiu “de acordo com o ICNF”, ficou com a  
1448 sensação que havia uma base de entendimento e quando fala agora nos  
1449 €400.000 e o PPI só refere €200.000 deduziu que a outra parte do investimento  
1450 será feita pela ICNF uma vez que a estrada não é responsabilidade da Câmara  
1451 de Gouveia.

1452 Retorquiu o Senhor Presidente esclarecendo que a articulação que existe é no  
1453 sentido do ICNF autorizar a Câmara a requalificar obras na estrada que é do  
1454 ICNF, aliás, esta entidade foi muito clara e já informou que não gasta dinheiro  
1455 nesta estrada, com a justificação de que a estrada foi construída para fins  
1456 florestais e que para esse fim, segundo opinião do ICNF, está absolutamente  
1457 capaz. Portanto, se alguma entidade pretende outra utilização para a estrada,  
1458 esta entidade está disponível para protocolar autorizando a intervir na estrada.  
1459 Mas têm que dar parecer sobre o projeto e, de acordo com o protocolo, que  
1460 não aceita, a Câmara de Gouveia ainda tinha que pagar o parecer que o ICNF  
1461 ia emitir sobre um projeto para requalificação de uma estrada que é do ICNF.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1462 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que em relação  
1463 aos reembolsos do IVA está previsto o seu reembolso como uma das receitas  
1464 previstas e pretendia saber a que diz respeito.

1465 No que diz respeito à receita de capital no valor de €3.250.000, ouviu  
1466 atentamente a explicação do Senhor Presidente, sinceramente aguarda uma  
1467 explicação diferente. Das duas uma, ou houve a alteração das regras  
1468 orçamentais ou então a explicação tem que ser outra.

1469 No que diz respeito ao início da atividade da empresa da água, não faz sentido  
1470 nenhum qualquer prorrogação do que quer que seja. Quem olhar para as  
1471 ações que têm sido tomadas neste âmbito, percebe perfeitamente qual é a  
1472 lógica que está subjacente. Até porque já houve decisões. Este processo está  
1473 todo subvertido e nunca viu nada assim. Estão a discutir um regulamento e  
1474 ainda não se fez a delegação de competências na empresa. Já tem recursos  
1475 humanos e ainda não existe empresa e não se sabe quando vai funcionar já  
1476 não é em janeiro de 2021 e aparece no Orçamento para o ano inteiro o  
1477 pagamento de água ao Município de Gouveia.

1478 Em relação ao Bairro Social de Vila Nova de Tazem e ao 1.º Direito, há anos  
1479 que se fala na reabilitação deste Bairro, esta questão do 1.º Direito não foi  
1480 preciso a presença da Senhora Secretária de Estado para se falar, já  
1481 falávamos nisso antes, portanto, se o 1.º Direito ainda não é uma prática, o  
1482 Senhor Presidente poderá responder melhor do que ninguém porque é que  
1483 isso acontece.

1484 No que diz respeito ao Caminho das Regadas, lamenta profundamente que os  
1485 moradores tenham sido ignorados. Não foi feito caminho nenhum porque eles  
1486 eram moradores e obra faz-se porque há naquele local um investimento. Mas  
1487 mais grave do que isso é aquilo que o Senhor Presidente acabou de referir, os  
1488 moradores é bom que continuem a levar com os camiões que vão para cima e  
1489 só vão ter a estrada arranjada quando os camiões acabarem de ir para lá. Ou  
1490 seja, os moradores só estão lá a atrapalhar, porque se não houvessem  
1491 moradores passavam melhor os camiões.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1492 Insurgiu-se o Senhor Presidente pedindo ao Senhor Vereador que não  
1493 deturpasse as suas palavras, pois não disse nada nesses termos.

1494 Retomou a palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que o  
1495 investimento está a ser feito por etapas, de modo a que os camiões levem o  
1496 betão para a construção que está a ser levada a efeito em termos turísticos. O  
1497 caminho nunca foi feito e o Senhor Presidente disse e bem porque o  
1498 reconheceu porque há um investimento naquela região e que vai ser financiado  
1499 pela Câmara.

1500 Mais grave que isso é que o investimento está a ser doseado, está a ser feito  
1501 por etapas, com sacrifício dos residentes e para benefício claro dos  
1502 investidores. Por isso é que afirma que os residentes só estão ali, nas palavras  
1503 do Senhor Presidente, a atrapalhar. Pelo menos, se não estivessem lá, não se  
1504 queixavam.

1505 Em relação à Villa Josephine, ou há dinheiro, ou não há dinheiro. Ou se faz ou  
1506 não se faz. Dizer que se faz, quando no passado se dizia que não se fazia,  
1507 porque não havia dinheiro. Agora faz-se, mas não se faz muito, porque não há  
1508 garantias de dinheiro. Tem que ficar claro para todos os presentes se é para  
1509 fazer ou não é para fazer haja ou não haja dinheiro. Isso é que é importante  
1510 saber. Porque os fundos comunitários quando é que vão estar disponíveis e se  
1511 o Senhor Presidente está à espera dos fundos comunitários, então é preferível  
1512 dizer às pessoas presentes que vai esperar mais dois anos até que haja fundos  
1513 comunitários para esse fim, pensa que deve existir algum rigor nessas  
1514 afirmações pensa que o beneficiavam.

1515 Por último considera que €25.000 para a “opção gestonária” não dá para pagar  
1516 a um técnico superior por ano, pelo que este valor não é suficiente a não ser  
1517 que seja a opção gestonária do senhor presidente não corresponda a repor as  
1518 injustiças que o tempo foi criando. E aqui trata-se do “tempo” em que foram  
1519 criadas injustiças, pese embora também haja injustiças na avaliação das  
1520 pessoas. Mas aquilo que é necessário para reposição daquilo que é devido às  
1521 pessoas €25.000 parece-lhe insuficiente para a dimensão que têm entre mão.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1522 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que no anterior  
1523 Orçamento estava prevista a realização de obras de conservação ou  
1524 requalificação da Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira e neste Orçamento não  
1525 está prevista qualquer verba. Pretendia esclarecimento se não está previsto a  
1526 realização de obras nesse equipamento municipal.

1527 Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira informando que está  
1528 prevista na rubrica “obras de conservação em Edifícios culturais”. De qualquer  
1529 maneira haverá uma componente da Biblioteca que será por meios próprios,  
1530 nomeadamente, a reparação e pintura da parede virada para o Bairro do  
1531 Castelo.

1532 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, em relação ao valor de  
1533 €3.000.000, como disse anteriormente, temos fortes probabilidades de ter  
1534 ainda algumas candidaturas e que estão com a rubrica aberta precisamente,  
1535 como disse, claramente em relação a uma.

1536 Em relação a outros, se for necessário, dentro da nossa possibilidade de  
1537 empréstimo, não deixarão de o efetuar se tal for necessário para realizar os  
1538 investimentos que pretendemos efetuar.

1539 Relativamente ao programa 1.º Direito, foi lançado no ano passado,  
1540 apresentado pela Senhora Secretária de Estado, teve o percurso que teve,  
1541 necessário efetuar a Estratégia Local de Habitação, que foi aprovada, e agora  
1542 temos a possibilidade de efetuar as candidaturas próprias e, em articulação  
1543 com os proprietários dos imóveis, que necessitam de intervenção. É um  
1544 processo longo e moroso, porque também tem a parte dos privados e a sua  
1545 intenção de investimento em relação aos seus imóveis.

1546 Em relação à Villa Josephine, obviamente que o facto de estar a incluir este  
1547 projeto no Orçamento obviamente que é um compromisso assumido para a  
1548 realizar e não para a pôr em causa.

1549 Relativamente ao Caminho das Regadas, tem o Senhor Vereador João Paulo  
1550 Agra como sendo um homem sério e espera a mesma coisa da parte do  
1551 Senhor Vereador em relação à sua pessoa. Há uma parte do caminho que já  
1552 foi intervencionada e está alcatroada. Por outro lado, para precisamente irmos



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1553 por partes e para irmos melhorando, nomeadamente, aquele primeiro troço em  
1554 que estava sucessivamente a haver queda de pedras e terras para essa parte  
1555 do caminho.

1556 Relativamente a este investimento que vai ser feito no caminho, há uma parte  
1557 que já foi realizada e que, embora o caminho esteja em terra, já foi realizado o  
1558 reforço de muros e o arranjo e alargamento do próprio caminho, não só por  
1559 causa dos camiões, mas para servir também os poucos moradores que ali  
1560 moram.

1561 Agora, se o Senhor Vereador lhe diz que aquele investimento está a ser  
1562 realizado à custa ou vitimizando as pessoas que ali vivem ou que ali têm  
1563 terrenos, nesta fase, certamente estarão a ser penalizados com a intervenção  
1564 que tem que ali ser feita e vai demorar a ser concluída, porque só pode ser  
1565 feita a fase seguinte do alcatroamento quando as condições atmosféricas o  
1566 permitirem. É por essa razão que a obra vai ter lugar a partir do ano que vem, a  
1567 partir do momento em que o tempo assim o permitir.

1568 O Senhor Vereador diz que, por um lado, não há investimento, não há  
1569 investidores, depois há investidores e os investimentos são feitos para  
1570 beneficiar os investidores, em prejuízo dos moradores. Obviamente que isso  
1571 não corresponde à verdade e até se sente pessoalmente ofendido com essa  
1572 afirmação. Conhece todas as pessoas que ali moram, fala com elas e aquilo  
1573 que lhe têm transmitido é precisamente o reconhecimento pelo arranjo do  
1574 caminho e não o contrário, ou seja, que o caminho esteja a servir outros e não  
1575 a eles. Também interessa aos moradores e certamente vai melhorar a sua  
1576 acessibilidade. É uma obra para todos e não para uns em desprimor de outros.  
1577 É um investimento que serve todos os que lá queiram investir e com isso  
1578 melhorar a vida de todos e, portanto, não aceita as palavras do Senhor  
1579 Vereador.

1580 Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra para defesa da  
1581 honra. Referiu que ele nunca provocou com a passagem do seu carro uma  
1582 queda de muros, e mais, os muros, não caem pela passagem do seu carro  
1583 ligeiro que até já lá passou várias vezes e bem recentemente. Se calhar o



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1584 assunto terá a ver com os outros problemas que deviam ser assumidos por  
1585 quem de direito e não por si. Portanto, pretende-se que o Senhor Presidente  
1586 diga a verdade dos factos.

1587 Segundo, o caminho surgiu – e está nas atas da Câmara – por necessidades  
1588 do investidor. Para o Senhor Presidente só aparecem os moradores numa fase  
1589 subsequente.

1590 Terceiro, está a ser doseada a obra em função do investimento. Não está com  
1591 isto a dizer que a Câmara não deva apoiar o investimento, longe disso, mas o  
1592 caminho das Regadas até têm mais do que um acesso. Não faz mal nenhum a  
1593 quem tem a gestão neste Município dizer quais são as prioridades.

1594 Interveio o Senhor Presidente aludindo que as prioridades sempre foram e são  
1595 os gouveenses e os investimentos que possam ser feitos em Gouveia para  
1596 melhorar as condições de vida dos gouveenses. E devia ser essa a prioridade  
1597 de todos.

1598 Discutido o assunto, delibera a Câmara, por maioria, com dois votos contra dos  
1599 Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, que apresentaram uma  
1600 declaração de voto que se anexa à presente Ata e dela fica a fazer parte  
1601 integrante, e com cinco votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores  
1602 Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e, em minuta, de modo a produzir efeitos  
1603 imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
1604 setembro, aprovar a **Proposta de Orçamento, PPI, Atividades Mais  
1605 Relevantes e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia  
1606 para o ano de 2021**, que se anexa à presente Ata e dela fica a fazer parte  
1607 integrante.

1608 Mais se deliberou nos termos do n.º 1 do art.º 45 da Lei n.º 73/2013, de 3 de  
1609 setembro, com a alteração introduzida pelo art.º 2.º da Lei n.º 66/2020, de 4 de  
1610 novembro, apresentar ao órgão deliberativo a presente proposta de orçamento  
1611 municipal, a fim de ser aprovada, ao abrigo da alínea a) do n.º 1, do art.º 25.º,  
1612 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

1613 - - - 4.6) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO  
1614 REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À PRODUÇÃO DE OVINOS



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1615 **SERRA DA ESTRELA E CAPRINOS DO CONCELHO DE GOUVEIA:-** Usou  
1616 da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador questionando, em  
1617 primeiro lugar, porque é que foi criado um novo Regulamento uma vez que  
1618 existe um em vigor aprovado em 26 de fevereiro de 2019, não bastaria fazer as  
1619 alterações necessárias ao Regulamento em vigor.

1620 Em segundo lugar, quando nessa data, em fevereiro de 2019, discutiram este  
1621 Regulamento foi sugerido pelos Vereadores do PS e foi aceite, ou seja, foi feita  
1622 a alteração do art.º 10.º que diz respeito ao pagamento dos apoios, na altura,  
1623 foi sugerido e passou a ser essa a redação, que o apoio para a primeira  
1624 instalação de €5.000 seria pago no prazo máximo de seis meses após a  
1625 aprovação da candidatura e relativamente ao restante apoio seria até 15 de  
1626 setembro do ano da candidatura.

1627 Estranham, agora, porque é que esta versão do art.º 10.º deixa de ter essa  
1628 redação, pretendia saber se existe aqui algum lapso ou será intencional.

1629 Daquilo que percebeu pela comparação dos dois Regulamentos, este tem uma  
1630 vertente nova que é o apoio ao autocontrolo das queijarias. Tem várias rubricas  
1631 que têm a ver com isso, gostaria de perceber se há ideia de quantas queijarias  
1632 estão em laboração no concelho. Quando foram pagos os apoios no âmbito do  
1633 Regulamento em vigor pensa que foram feitos todos de uma só vez, indo  
1634 contra ao que estava no Regulamento, porque tem ideia que na listagem dos  
1635 apoios constava o prémio de instalação no concelho de uma jovem agricultora  
1636 para produzir queijo Serra da Estrela. Constatar que, pela ideia que tem, terá  
1637 havido o não cumprimento desse art.º 10.º. Questiona se é esse o motivo da  
1638 alteração da redação para se pagar de uma vez só, qual é o entendimento que  
1639 a Câmara teve em relativamente à alteração deste artigo.

1640 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que este Regulamento teve por  
1641 base o anterior e teve precisamente como introdução a questão da auto-  
1642 produção porque, de acordo com a legislação, é possível que pequenos  
1643 produtores, que transformem por ano até 12.000 litros, possam produzir e  
1644 vender queijo. Não têm uma queijaria licenciada, propriamente dita, mas



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1645 podem em casa transformar e de forma legal proceder à sua venda. É  
1646 precisamente isso que está a ser incluído no documento.

1647 De acordo com aquilo que foi abordado, entenderam não apenas fazer uma  
1648 adenda ao Regulamento, mas sim a elaboração de um Regulamento completo.

1649 No que diz respeito à questão dos pagamentos, o grande problema prende-se  
1650 com o facto de muitas vezes os beneficiários deste Regulamento não  
1651 entregarem a documentação dentro dos prazos estipulados para instruir os  
1652 processos, é necessário que da parte do técnico da Câmara se realizem  
1653 contactos frequentes e sucessivos nesse âmbito para conseguir reunir a  
1654 documentação para tramitação dos respetivos processos. Por esse motivo é  
1655 que houve essa alteração na questão dos pagamentos, para não haver essas  
1656 diferenças nos mesmos.

1657 Por estas razões apresentam este regulamento que, em parte substancial, é  
1658 uma repetição do que está em vigor, mas também com a inclusão destas novas  
1659 áreas.

1660 Usou da palavra a Senhora Vereadora Teresa Borges sugerindo a inclusão de  
1661 um artigo de revogação do Regulamento anterior, o que foi feito de imediato.

1662 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador  
1663 aludindo uma outra questão que foi levantada pelos Vereadores do PS  
1664 aquando da discussão do regulamento que se encontra em vigor tinha a ver  
1665 com a comercialização do queijo Serra da Estrela. O Senhor Presidente, na  
1666 altura, referiu que a fase final deste produto seria contemplada na “Fileira do  
1667 Queijo”. Por conseguinte, pretendia saber qual o ponto de situação neste  
1668 momento, o que se está a fazer nesse âmbito, uma vez que a alteração na  
1669 legislação, que considera benéfica, poderá de alguma forma incrementar a  
1670 produção do queijo, uma vez que a comercialização estava dificultada aos  
1671 pequenos produtores.

1672 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que a “Fileira do Queijo” é um  
1673 projeto que se desenvolve, como está inicialmente previsto, em dois anos.

1674 Teve uma primeira fase que foi a “Escola de Pastores”, iniciou-se agora a  
1675 segunda fase que tem a ver com a “Escola de Queijeiras”. Temos neste



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1676 momento três queijeiras a frequentar a escola. Pelo meio do desenrolar do  
1677 projeto, como sabem, havia a atribuição de “Vale Pastor” e “Vale Pastor+” que  
1678 estão em atraso, mas que não se deve à Câmara Municipal, tem a ver com o  
1679 próprio desenvolvimento do projeto. Pensa que as coisas estão bem  
1680 encaminhadas para, no concelho de Gouveia, haver um número muito  
1681 significativo de criadores/pastores que vão ser apoiados. Espera que tal venha  
1682 a ser concluído e os apoios atribuídos a quem de direito.

1683 Relativamente à comercialização, o próprio programa inclui uma vertente de  
1684 comercialização e marketing, o tratamento da própria marca em termos  
1685 comerciais. A entidade gestora do programa que é o InovCluster está a fazer  
1686 esse trabalho. Foi contratada uma empresa de comunicação que está a  
1687 trabalhar esse processo. É uma intervenção a decorrer em dois anos e, nessa  
1688 medida, durante esse ano já não será totalmente concluído esse trabalho, uma  
1689 vez que esse trabalho passa pela auscultação local dos parceiros. Sabe que  
1690 este processo está a decorrer. Tem andado muito lentamente fruto também da  
1691 pandemia e, portanto, os contactos têm sido mais por via on-line, o que não é a  
1692 mesma coisa que trabalharem no terreno. No caso concreto de Gouveia,  
1693 realizou-se uma primeira reunião, entretanto, ficaram de vir ao concelho e  
1694 ainda não foi agendada essa reunião. Agora, com esta segunda vaga da  
1695 pandemia, não houve desenvolvimentos e contactos por parte da empresa para  
1696 completarem o processo. Espera que daqui a algum tempo possa haver  
1697 resultados desse trabalho, que é isso que se pretende.

1698 Usou da palavra a Senhora Vereadora Dina Cabral, complementando, dizendo  
1699 que as alterações ao presente regulamento prendem-se, sobretudo, pela  
1700 necessidade de abranger toda a fileira dos pequenos ruminantes, desde a sua  
1701 criação até à produção do produto final, o queijo, garantindo a qualidade e  
1702 rastreabilidade do produto. Prende-se, ainda, pelo fato de não estarem  
1703 contempladas todas as situações reais e concretas do nosso território. Por  
1704 outro lado, permite que haja credibilidade dos produtos oriundos do nosso  
1705 concelho. Neste projeto de regulamento, houve alterações pontuais, a mais  
1706 significativas foi o apoio financeiro e técnico no autocontrolo das queijarias.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1707 Respondendo à Senhora Vereadora Conceição Salvador informou que existem  
1708 atualmente sete queijarias, as quais, três, produzem queijo Serra da Estrela. As  
1709 restantes produzem queijo curado de ovelha e de cabra ou só queijo de ovelha  
1710 curado.

1711 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que o  
1712 regulamento contempla apoios que antes não existiam ao nível dos caprinos,  
1713 tanto na criação, como no fabrico do queijo de cabra e no autocontrolo.  
1714 Pretendia perceber se isso é relevante em termos do efetivo de animais dessa  
1715 raça que existe neste momento.

1716 Respondeu a Senhora Vereadora Dina Cabral referindo que no art.º 8.º o seu  
1717 número 3, estipula o seguinte "*Incentivo à manutenção do efetivo pecuário*  
1718 *reprodutor das explorações existentes, no valor de 5 € por animal caso o*  
1719 *efetivo pecuário seja constituído por uma percentagem superior ou igual a 95 %*  
1720 *de caprinos.*"

1721 Verificaram que no nosso território havia a existência de zonas orográficas que  
1722 não permitiam aos produtores/pastores terem outro tipo de animais. Assim,  
1723 proporcionamos a equidade. No concelho de Gouveia, não temos queijarias  
1724 que façam só queijo de cabra.

1725 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que no  
1726 documento é dito que vai ser presente à Assembleia Municipal e que vai ser  
1727 publicado em Diário da República, pelo que pretendia saber se vai seguir para  
1728 discussão pública.

1729 Em segundo lugar, era importante que o Regulamento acautelasse aquilo que  
1730 decorre da Lei, ou seja, a impossibilidade de haver duplo financiamento. Esse  
1731 duplo financiamento se ficar explícito pelo menos não fica a intenção de que  
1732 alguém se engane e recorra a dois programas para a mesma coisa.

1733 Relativamente ao queijo e todo o setor não pretende reproduzir a discussão  
1734 que foi feita no ano passado e que se mantém integralmente válida, queria, no  
1735 entanto, dizer o seguinte: o regulamento, podia ser explícito naquilo que se  
1736 pretende em relação ao futuro do setor na região, porque apoia-todos, ou seja,  
1737 apoia-se a quem produz o queijo, apoia-se a queijaria, apoia-se quem vende do



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1738 leite para produtos que se calhar até podem ter a designação de “Seia” ou  
1739 outra designação, o que não é bom. Essa aposta definitiva devia ser expressa  
1740 neste Regulamento.

1741 Por outro lado, já que estão a alterar o Regulamento não podem continuar a  
1742 dizer como disseram no ano passado relativamente à venda de queijo. Não, a  
1743 venda é uma questão fundamental e deve ser encarada em primeiro lugar. A  
1744 venda, se é uma das dificuldades fundamentais, e na discussão que houve  
1745 então, foi um dos pontos focados, não podemos dizer que há um programa que  
1746 há-de fazer sobre isso e ainda ninguém percebeu o que vai ser feito em termos  
1747 de comercialização do queijo. Atravessa hoje e atravessava, acrescentou, há  
1748 vários anos atrás.

1749 O regulamento deve ser diretivo e não pode ser uma série de medidas avulsas  
1750 que apoia a todos, o produtor, a produção de ovelhas, a produção de caprinos,  
1751 a produção de leite, das queijarias, mas que não é diretivo em relação àquilo  
1752 que se pretende para o concelho. O processo de certificação que é importante  
1753 mas que não sabe se está a promover ou não, as medidas de auto-controlo, a  
1754 sanidade animal que é fundamental, apoia tudo mas seria mais concreto dizer  
1755 o que se pretende para o setor.

1756 Acredita seriamente nos produtos locais e não acredita nesta  
1757 subsidiodependência. Acha que os produtos locais do queijo têm futuro! Tal  
1758 como os vinhos, tem uma denominação de origem, tem possibilidades para se  
1759 desenvolver e ser uma imagem de marca da região. Quem fala neste produtos  
1760 fala de outros que infelizmente já pouco se ouve falar, como o mel, o cão serra  
1761 da estrela que já foram premiados e agora está a apoiar-se, por exemplo, a  
1762 esterilização das cadelas Serra da Estrela.

1763 Posto isto, os Vereadores eleitos pelo PS apesar destas condicionantes votam  
1764 favoravelmente com esse apelo inequívoco para que a aposta na venda seja  
1765 fundamental.

### 1766 **I – Justificação**

1767 a) Considerando que as Autarquias Locais têm como atribuição, entre  
1768 outras, a promoção do desenvolvimento local, conforme decorre



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1769 expressamente da alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º  
1770 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, devendo adotar  
1771 políticas de apoio a esse mesmo desenvolvimento, que conduzam à  
1772 melhoria das condições de vida das sua populações e que visem o  
1773 suprimento das carências das mesmas, designadamente, promovendo o  
1774 desenvolvimento rural, colaborando no apoio a atividades dessa  
1775 natureza e que permitem não só a criação de riqueza, mas também, de  
1776 postos de trabalho, gerando as condições necessárias para a fixação  
1777 das pessoas no seu território;
- 1778 b) Considerando que a atividade pecuária, essencial para o mundo rural,  
1779 assenta fundamentalmente na pequena exploração agropecuária de  
1780 natureza familiar, caracterizada pela notória insustentabilidade financeira,  
1781 face aos elevados custos associados à produção, fator que contribui  
1782 para que sejam negligenciadas as responsabilidades em termos de  
1783 saúde pública e animal, para o próprio desaparecimento da atividade,  
1784 para o défice de desenvolvimentos económico e falta de dinamismo  
1785 empresarial;
- 1786 c) Considerando que a concessão de apoio financeiro aos produtores  
1787 pecuários, com o propósito de apoiar a sua fixação e rejuvenescimento e  
1788 dinamizar a atividade económica local, configura um meio idóneo para  
1789 permitir o incremento das condições de produtividade, quer em  
1790 qualidade, quer em quantidade, na medida em que os custos de  
1791 exploração são atenuados, encontrando-se tal medida plenamente  
1792 justificada no âmbito das atribuições autárquicas;
- 1793 d) Considerando que o apoio financeiro a conceder aposta, por isso, na  
1794 produtividade, mas também na sensibilidade dos produtores para a  
1795 importância do cumprimento das regras de saúde pública e saúde  
1796 animal, mas também do bem-estar dos animais e das boas condições  
1797 agrícolas e ambientais;
- 1798 e) Considerando que a alínea ff), do n.º 1, do artigo 33º, do anexo I, da Lei  
1799 n.º 75/2013, de 12/09 na sua redação atual e ulteriores, determina que a



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1800 Câmara Municipal pode "promover e apoiar o desenvolvimento de  
1801 atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade  
1802 económica de interesse municipal";
- 1803 f) Considerando que, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo  
1804 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e ulteriores, compete à  
1805 assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar  
1806 regulamentos com eficácia externa do município;
- 1807 g) Considerando, por outro lado, que o presente regulamento visa garantir  
1808 o acesso a participações financeiras aos titulares de explorações  
1809 agropecuárias existentes no concelho de Gouveia;
- 1810 h) Considerando que os custos associados às medidas de apoio, previstas  
1811 no presente regulamento, estarão sempre limitados ao valor anual  
1812 definido para atribuição das participações financeiras;
- 1813 i) Considerando que, em contraposição ao custo supra referido,  
1814 decorrerão, da aplicação do regulamento, em causa, benefícios para o  
1815 Concelho de Gouveia, categorizados da seguinte forma:
- 1816 - Apoio à fixação e rejuvenescimento da força do trabalho, motor do  
1817 desenvolvimento rural;
- 1818 - Apoio à sustentabilidade da área associada à atividade pecuária, muito  
1819 importante no Concelho de Gouveia, atenuando o impacto negativo do  
1820 constante aumento dos custos de exploração, sem o correspondente  
1821 aumento de receitas dos seus efetivos ovinos e caprinos;
- 1822 - Criação de condições propícias para um maior cumprimento das regras  
1823 de saúde pública e saúde animal, mas também do bem-estar dos  
1824 animais e das boas condições agrícolas e ambientais;
- 1825 - Garantir a rastreabilidade e a segurança alimentar dos produtos da  
1826 fileira ovina e caprina, nomeadamente, dos produtos lácteos;
- 1827 - Promoção e valorização da raça ovina Serra da Estrela autóctone da  
1828 região e do queijo Serra da Estrela.
- 1829 j) Considerando, por último, que é competência do órgão executivo  
1830 municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1831 projetos de regulamentos externos do município, conforme previsto na  
1832 alínea k), do n.º 1, do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
1833 setembro na sua redação atual.

### 1834 **II – Da proposta**

1835 Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas,  
1836 delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de modo a produzir efeitos  
1837 imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
1838 setembro, o seguinte:

1839 **a)** Proceder à aprovação do **Regulamento Municipal de Incentivo à**  
1840 **produção de ovinos Serra da Estrela e caprinos do Concelho de Gouveia,**  
1841 de acordo com o Projeto que se encontra anexo à presente Ata e dela fica a  
1842 fazer parte integrante, o qual aqui se dá por integralmente reproduzido para  
1843 todos os efeitos legais;

1844 **b)** Nestes termos, delibera a Câmara dar início ao procedimento de elaboração  
1845 do presente projeto de Regulamento nesta matéria, visando estabelecer um  
1846 conjunto de normas que dão resposta às referidas necessidades, nos termos  
1847 do disposto no artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado  
1848 pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual (adiante  
1849 CPA), o qual será submetido a um período de consulta pública durante 30 dias,  
1850 nos termos do disposto no artigo 101.º do CPA.

1851 **c)** Findo esse prazo, ponderados os eventuais contributos e sugestões  
1852 recolhidos, o referido projeto será novamente submetido a deliberação da  
1853 Câmara Municipal, no uso das competências e atribuições previstas no  
1854 disposto no artigo 112.º, no artigo 241.º da Constituição da República  
1855 Portuguesa e nas alíneas k) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º  
1856 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, para, em caso de  
1857 aprovação, posterior submissão à Assembleia Municipal de Gouveia nos  
1858 termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º daquele Regime Jurídico  
1859 das Autarquias Locais.

1860 **d)** Por fim, em caso de aprovação dos citados órgãos executivo e deliberativo,  
1861 nos termos do disposto no artigo 139.º do CPA, deverá a versão final do



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1862 Regulamento ser objeto de publicitação no *Diário da República*, na Internet, (no  
1863 sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos  
1864 lugares de estilo.

1865 Este Regulamento tem cabimento orçamental na rubrica 02 040802 2019/5003  
1866 – Programa de Apoio ao Sector Ovícola do Concelho.

1867 - - - 4.7) **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE**  
1868 **PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DURANTE O**  
1869 **ANO LETIVO 2020/2021:-** Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Ferreira  
1870 referindo que, como é do conhecimento geral, o Município apoia os alunos na  
1871 questão dos passes escolares ao longo do ano letivo. O Município, por si só,  
1872 não consegue dar resposta com os seus meios a partir do 2.º ciclo e, portanto,  
1873 recorre a outros meios, nomeadamente, às carreiras públicas existentes no  
1874 nosso território.

1875 Nessa circunstância, apresentam esta proposta no sentido de aquisição de  
1876 passes escolares para os nossos alunos até ao 12.º ano.

1877 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que o  
1878 procedimento anterior não era este, pelo que pretendia a devida explicação.

1879 Respondeu o Senhor Vereador Jorge Ferreira referindo que nos anos  
1880 anteriores não era adotado este procedimento. Em princípio, segundo o nosso  
1881 entendimento, e segundo alguns pareceres, não haveria necessidade de ser  
1882 aprovado em reunião de Câmara e não tem vindo.

1883 Este ano, é presente a reunião de Câmara face aos valores em causa, porque  
1884 este ano, com a questão dos dois terços da lotação nos transportes e com as  
1885 compensações, existe um acréscimo no valor a pagar. Achamos que, ao  
1886 contrário de outras Câmaras que interpretam que a aquisição destes passes é  
1887 mensal e, portanto, o Senhor Presidente pode perfeitamente autorizar as  
1888 requisições e despesa mas, atendendo a que no cômputo geral em todo o ano  
1889 estão a falar de verbas substanciais, consideram que deve ser aprovado em  
1890 reunião de Câmara.

1891 Considerando:



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1892 • A informação interna nº 1589 de 02/10/2020 sobre a aquisição de  
1893 passes-escolares para o transporte de alunos durante o ano letivo  
1894 2020/2021 e a estimativa de custos por operador;
- 1895 • Que o transporte de alunos entre o local de residência e os  
1896 estabelecimentos de ensino é efetuado com recurso a carreiras públicas  
1897 que atuam ao abrigo das autorizações para a exploração de serviço  
1898 público regular de passageiros vigente do concelho de Gouveia,  
1899 emitidas pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- 1900 • O entendimento manifestado no parecer da Associação Nacional de  
1901 Municípios fundamentado nas alíneas a) e b) do art. 36.º do decreto-lei  
1902 n.º 21/2019 de 30 de janeiro relativo à transferência de competências  
1903 educativas para as autarquias, na Lei nº 52/2015 de 09 de junho relativo  
1904 ao regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros e no  
1905 Decreto-Lei n.º 169-A/2019 de 29 de novembro;
- 1906 Delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de modo a produzir efeitos  
1907 imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
1908 setembro, **autorizar que a aquisição de passes-escolares para os alunos**  
1909 **inscritos nos transportes escolares do 2º ciclo, 3.º ciclo e secundário das**  
1910 **Escolas Básicas de Gouveia e de Vila Nova de Tazem e da Escola**  
1911 **Secundária de Gouveia, entre as localidades de residência e os**  
1912 **estabelecimentos de ensino, durante o ano letivo 2020/2021**, se efetue  
1913 através de requisição mensal aos concessionários de serviços públicos de  
1914 transportes coletivos na área do concelho de Gouveia, de acordo com as  
1915 previsões mensais remetidas pelos serviços, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do  
1916 art.º 23.º e as competências previstas na alínea gg) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei  
1917 n.º 75/2013, de 12 de setembro, em consonância com as alíneas a) e b) do art.  
1918 36.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e no âmbito do regime de  
1919 autorização de despesa, ao abrigo da alínea b) do art.º 18.º do Decreto-Lei nº  
1920 197/99, de 08 de junho.
- 1921 Os passes escolares têm cabimento no Orçamento em 2020 e 2021 na rubrica  
1922 02 020210 2017/41 4 – Transportes Escolares



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1923 - - - - 4.8) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE  
1924 PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE GOUVEIA E A ASTA  
1925 – **TEATRO E OUTRAS ARTES:-** Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge  
1926 Ferreira referindo que no seguimento da discussão na anterior reunião de  
1927 Câmara, desta vez, com a proposta e protocolo, encontra-se anexa a respetiva  
1928 candidatura que é alvo deste apoio.

1929 A candidatura envolve os Municípios da Covilhã, Fornos de Algodres e Gouveia  
1930 nesta nova filosofia de parcerias entre municípios. Esta parceria que se vem  
1931 consolidando há, pelo menos, dois anos e que envolve o projeto ContraDança.  
1932 É mais um projeto dentro dessa parceria e que envolve esta companhia de  
1933 teatro ASTA, que se propõem dinamizar este projeto ReciclArte, que envolve  
1934 alunos de uma faixa etária que, nos períodos não letivos, têm dificuldade em  
1935 ocupar os seus tempos livres. Geralmente as associações que promovem  
1936 campos de férias não abrangem muitas vezes estas idades e, portanto,  
1937 acharam que era importante ter esta componente de ocupação dos nossos  
1938 alunos em períodos não letivos.

1939 Por outro lado, o programador cultural também achou por bem que este projeto  
1940 fosse no fundo interpretado como sendo o projeto educativo do Teatro Cine de  
1941 Gouveia. E foi também neste âmbito que foi proposto.

1942 O resultado final deste projeto, neste trabalho com os jovens está plasmado no  
1943 ponto 4 da candidatura, 3 espetáculos de teatro originais com enfoque na  
1944 temática da proteção ambiental, 3 garbage orchestras com instrumentos  
1945 produzidos a partir do lixo (um por município) e 3 obras de arte plástica feitas a  
1946 partir de lixo (um por município).

1947 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que na  
1948 anterior Reunião de Câmara questionaram se haveria resposta no concelho a  
1949 esta necessidade em Gouveia e o Senhor Vice Presidente disse que era  
1950 prática corrente nestes casos fazer-se uma divulgação junto das associações e  
1951 que nenhuma coletividade quis desenvolver este projeto. Deste modo, os  
1952 Vereadores do PS pretendiam que fosse demonstrado que essa consulta foi



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1953 efetuada e que não houve resposta positiva da parte das coletividades do  
1954 concelho.
- 1955 Respondeu o Senhor Vereador Jorge Ferreira esclarecendo que aquilo que  
1956 disse, e reafirma, é que cada vez que há uma candidatura em vigor e que  
1957 reconhecem que alguém pode ter interesse na mesma, a Câmara envia essa  
1958 divulgação para as coletividades e IPSS. Fazemos essa divulgação e não  
1959 sondagem quem é que quer ou não. Aquilo que fazem é divulgar os programas  
1960 que estão abertos e depois fica ao critério das entidades participarem. Para  
1961 esse efeito, as que estão interessadas muitas vezes contactam o Município  
1962 para ser o investidor social. Ainda recentemente veio a reunião de Câmara uma  
1963 Parceria Para o Impacto de uma associação do nosso concelho com quem nos  
1964 comprometemos a ser investidor social.
- 1965 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador  
1966 concluindo que é garantido que todas as associações são informadas por parte  
1967 do Município.
- 1968 Respondeu o Senhor Vereador Jorge Ferreira dizendo que não sabe se são  
1969 todas, mas aquelas que constam da base de dados.
- 1970 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador  
1971 perguntando até que ponto é que faz sentido nesta fase, isto é, depois da  
1972 candidatura aprovada, depois de haver um compromisso da parte do Município  
1973 em se constituir como investidor social esta proposta vir a reunião de Câmara.
- 1974 Já há um compromisso da parte do Município com esta entidade que fez a  
1975 candidatura isso vir à posteriori a reunião de Câmara é um facto consumado.  
1976 Estão a votar uma coisa que já está mais do que decidida.
- 1977 Respondeu o Senhor Vereador Jorge Ferreira dizendo que aqui a questão tem  
1978 a ver com a quantidade de candidaturas em que todos os anos inúmeras  
1979 entidades se candidatam e que solicitam à Câmara para ser investidor social.  
1980 Só vêm a reunião de Câmara depois de aprovação da candidatura.
- 1981 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador entendendo isso, não sabe  
1982 é se o número é de tal maneira grande que impossibilitasse que se procedesse



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1983 doutra forma, porque depois de ter havido um compromisso votar algo que já  
1984 está decidido, não faz sentido.
- 1985 Relativamente às obrigações da ASTA a que se referira, na anterior reunião  
1986 que se resumiam a duas alíneas deveria constar dessas obrigações aquilo que  
1987 está na candidatura, de forma pormenorizada.
- 1988 Retorquiu o Senhor Vereador Jorge Ferreira dizendo que está em anexo e,  
1989 portanto, faz parte integrante do documento.
- 1990 Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que foi dito em  
1991 reunião anterior, que no protocolo seja definido que os termos da candidatura  
1992 fazem parte integrante desse mesmo protocolo.
- 1993 Retorquiu o Senhor Vereador Jorge Ferreira referindo que este protocolo foi a  
1994 reunião de Câmara das três Câmaras – Gouveia, Fornos e Covilhã – a única  
1995 questão foi não alterar o protocolo para não ser diferente dos outros e anexa-se  
1996 a candidatura onde estão todos os dados.
- 1997 No uso da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador declarou que os  
1998 Vereadores do PS votam contra este protocolo porque consideram, tal como  
1999 tinham referido na anterior reunião, que é uma verba elevada, e que devido à  
2000 pandemia não sabem até que ponto vai ser possível implementar o projecto.
- 2001 Interveio o Senhor Vereador Jorge Ferreira esclarecendo que, pelo facto da  
2002 pandemia, o do ano de 2020 tem a verba de €1.000 e a verba está mais  
2003 concentrada nos anos seguintes.
- 2004 Concluiu a Senhora Vereadora Conceição Salvador desejando que o projeto se  
2005 possa concluir, reforçando a necessidade de ser feito o relatório e análise  
2006 crítica dos projetos, o que é que isso trouxe de importante para o concelho, tal  
2007 como em relação a todos os outros projetos que são aprovados nunca viram  
2008 esse reporte e análise crítica dos vários projetos e gostariam que isso  
2009 passasse a ser feito.
- 2010 Considerando:
- 2011 - A importância da aproximação do Município de Gouveia à comunidade  
2012 escolar, designadamente às instituições escolares e aos alunos;



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 2013 - A importância de fomentar mecanismos de cooperação que criem ou facilitem  
2014 a participação conjunta em atividades de carácter formativo e lúdico;
- 2015 - A responsabilidade do Município no fomento da consciência social, ambiental  
2016 e de cidadania nos jovens, evidenciando o seu potencial enquanto agentes de  
2017 mudança;
- 2018 - Que a ASTA – Teatro e Outras Artes é a entidade promotora da Iniciativa de  
2019 Inovação e Empreendedorismo Social ReciclArte;
- 2020 - Que a ReciclArte foi aprovada no âmbito do Programa Parcerias para o  
2021 Impacto, desenvolvido pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social;
- 2022 - Que o objectivo central desta iniciativa é contribuir para a resolução de  
2023 problemas sociais associados à ausência de motivação e valorização da escola  
2024 por parte dos adolescentes, consciencializando-os também para questões  
2025 ligadas ao meio ambiente e sustentabilidade;
- 2026 - Que a IIES ReciclArte propõe como solução o desenvolvimento de ações de  
2027 criação artística onde os jovens são convidados a usar as artes (teatro, música  
2028 e artes plásticas) através da reciclagem;
- 2029 - A importância e a necessidade de oferecer um espaço para a fruição cultural  
2030 e expressão artística em territórios de baixa densidade;
- 2031 - É responsabilidade do Município apoiar, pelos meios adequados, atividades  
2032 de interesse municipal, de natureza social, cultural, artística, recreativa ou  
2033 outra, enquanto Investidor Social;
- 2034 - Que ambas as entidades, Município de Gouveia e ASTA, reconhecem o  
2035 interesse mútuo na implementação desta iniciativa;
- 2036 Delibera a Câmara, por maioria, com dois votos contra dos Senhores  
2037 Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e com cinco votos a favor do Senhor  
2038 Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e, em minuta, de  
2039 modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei  
2040 n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo das alíneas o) u) e ff) do nº 1 do art.º  
2041 33 da lei 75/2013 de 12 de Setembro, **autorizar a celebração do Protocolo**  
2042 **de Parceria entre o Município de Gouveia e a ASTA – Teatro e Outras**



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2043 **Artes**, nos termos da minuta que se anexa à presente Ata e dela fica a fazer  
2044 parte integrante.

2045 Para o efeito, delibera a Câmara legitimar o Presidente da Autarquia para, em  
2046 nome da Autarquia, proceder à outorga do referido documento;

2047 Informação de cabimento e compromisso:

2048 Esta despesa tem cabimento orçamental:

2049 Número sequencial de compromisso: 41092

2050 - - - **4.9 DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DE**  
2051 **DOAÇÃO DE DOIS DESENHOS A TINTA DA CHINA DE JOÃO ABEL**

2052 **MANTA:-** Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador  
2053 perguntando da necessidade de aprovação desta doação, se tem a ver com o  
2054 valor da obra ou independentemente do valor terá que vir a reunião de Câmara,  
2055 ao que o Senhor Presidente respondeu que se prende com a necessidade de  
2056 constar do património, deverá ser aceite a doação pela Câmara Municipal pois  
2057 é uma das suas competências, de acordo com a lei.

2058 Considerando:

- 2059 • A doação efetuada pelo Dr. Francisco George ao Museu Municipal de  
2060 Arte Moderna Abel Manta de dois desenhos a tinta da china de João  
2061 Abel Manta;
- 2062 • A exclusiva finalidade da doação e vontade manifestada pelo Dr.  
2063 Francisco George de exposição dos desenhos na coleção permanente  
2064 do Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta;
- 2065 • A valorização da coleção permanente do Museu Municipal de Arte  
2066 Moderna Abel Manta;
- 2067 • O reconhecimento, a aceitação e o agradecimento da doação a favor do  
2068 inventário e património do Município de Gouveia;

2069 Delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de modo a produzir efeitos  
2070 imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
2071 setembro, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12  
2072 de Setembro, a **aceitar a doação dos desenhos a tinta da china “Desfile**  
2073 **militar” com as dimensões 17,8x30cm e “Guarita da GNR” com as**



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2074 **dimensões 12,4x17cm**, que os mesmos sejam expostos no Museu Municipal  
2075 de Arte Moderna Abel Manta, junto aos originais de João Abel Manta, e que  
2076 seja dado público reconhecimento e agradecimento da doação ao Dr.  
2077 Francisco George.

2078 - - - - **4.10) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE**  
2079 **PINTURA A ÓLEO DE ABEL MANTA “PAISAGEM, 1945”**:- Usou da palavra  
2080 o Senhor Vereador João Paulo Agra referindo que, neste ponto, no que diz  
2081 respeito à aquisição coloca-se aqui também a questão do poder de aquisição  
2082 estar dependente do valor em causa, ou seja, a Câmara tem competência para  
2083 comprar até um determinado valor e a partir desse valor se calhar a  
2084 competência já não é própria. Coloca-se aqui outra questão se o senhor  
2085 presidente teria ou não competência para decidir esta aquisição. Os  
2086 Vereadores Eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente.

2087 Considerando:

- 2088 • A valorização da coleção permanente do Museu Municipal de Arte  
2089 Moderna Abel Manta;
- 2090 • Que a leiloeira Palácio do Correio Velho tem para venda uma pintura a  
2091 óleo de Abel Manta, Paisagem, 1945, na qual poderá estar representada  
2092 a igreja paroquial de Vinhó;
- 2093 • Que a aquisição permite complementar o conjunto de paisagens de Abel  
2094 Manta propriedade do Município. Com efeito, a Vista de Aldeia, de 1915,  
2095 adquirida por leilão em 2004, representa o período mais académico e  
2096 naturalista do pintor, no final do curso de Pintura da Escola de Belas-  
2097 Artes de Lisboa; a Vista de Gouveia, de 1925, uma doação de 1992,  
2098 reflete já o aprendizado modernista adquirido na sua estadia em Paris; a  
2099 Paisagem, que ora é proposta para aquisição, refere-se a um período  
2100 mais tardio, de regresso a uma linguagem um pouco mais naturalista,  
2101 contemplando, assim, as três fases da pintura na obra de Abel Manta;
- 2102 • Do contato presencial exploratório com a leiloeira confirmou-se e  
2103 validou-se o potencial interesse da obra para a coleção do Museu  
2104 Municipal de Arte Moderna Abel Manta ficando comprovada a



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2105 autenticidade, face à assinatura do pintor e a confirmação visual do bom  
2106 estado da obra;

2107 Delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de modo a produzir efeitos  
2108 imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
2109 setembro, ao abrigo da alínea dd) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013 de 12  
2110 de Setembro, **proceder à aquisição da pintura a óleo de Abel Manta,**  
2111 **denominada “Paisagem, 1945”, pelo valor de 3.555,00 à leiloeira Palácio**  
2112 **do Correio Velho.**

2113 Informação de cabimento e compromisso:

2114 Esta despesa tem cabimento orçamental:

2115 Número sequencial de compromisso: 41222

2116 - - - - **4.11) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**  
2117 **ISENÇÃO/REDUÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DO**  
2118 **ESTABELECIMENTO HOTEL MONTENEVE RELATIVO A DOIS LUGARES**  
2119 **DE ESTACIONAMENTO:-** Usou da palavra o Senhor Vereador João Paulo  
2120 Agra perguntando se a intenção ao nível da competência delegada é a mesma  
2121 dos anos anteriores, isto porque em anos anteriores só compete a Câmara  
2122 decidir a redução das taxas, ao que o Senhor Presidente respondeu  
2123 afirmativamente.

2124 Através do pedido registado com o n.º 8895/20, datado de 05/11/2020, o  
2125 Senhor Jorge Ferreira Rodrigues, na qualidade de proprietário do  
2126 estabelecimento, com a designação “Hotel Monteneve”, com sede na Avenida  
2127 Bombeiros Voluntários n.º 12, Gouveia, veio formular um pedido de  
2128 “isenção/redução no pagamento das taxas”, que dizem respeito a dois lugares  
2129 de estacionamento concedidos e já sinalizados, sitos na rampa de acesso à  
2130 Cáritas.

2131 Assim:

2132 Considerando que, nos termos da alínea e), do n.º 4 do artigo 10.º do  
2133 Regulamento Municipal de Taxas, Tarifas e Outras Receitas do Município de  
2134 Gouveia, *“as pessoas singulares e coletivas podem beneficiar da isenção total*  
2135 *ou parcial do pagamento das taxas previstas no Regulamento, quando esteja*



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2136 *em causa o desenvolvimento económico e social do Concelho de Gouveia, em*  
2137 *casos devidamente justificados e comprovados pela Câmara Municipal;”*

2138 Considerando que, o aqui requerente explora um estabelecimento hoteleiro sito  
2139 em Gouveia, que gerou postos de trabalho e potenciou a divulgação turística  
2140 do Concelho de Gouveia, contribuindo para o seu desenvolvimento económico;  
2141 Considerando que, a disponibilização dos citados lugares de estacionamento,  
2142 representa uma necessidade para o bom funcionamento do referido  
2143 estabelecimento, sobretudo face à sua escassez na zona onde o mesmo se  
2144 situa;

2145 Em face do exposto, por se considerar estarem preenchidos os pressupostos  
2146 necessários para justificar e comprovar que a disponibilização dos lugares de  
2147 estacionamento em causa irá contribuir para o desenvolvimento económico do  
2148 Concelho de Gouveia, delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de  
2149 modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei  
2150 n.º 75/2013, de 12 de setembro, **manter o reconhecimento de que a aqui**  
2151 **requerente contribui para o desenvolvimento económico do Concelho de**  
2152 **Gouveia**, para efeitos da atribuição do benefício da isenção/redução de taxas,  
2153 nos termos do disposto na alínea e), do n.º 4 do aludido Regulamento.

### 2154 5. OBRAS

2155 - - - 5.1) **Deliberou a Câmara, por unanimidade, em conformidade com a**  
2156 **informação dos Serviços Técnicos e, em minuta, de modo a produzir**  
2157 **efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013,**  
2158 **de 12 de setembro, proceder à aprovação do seguinte PROJETO DE**  
2159 **ARQUITETURA, nos termos do n.º 3 do art.º 20.º e da alínea a) do n.º 1 do**  
2160 **art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a republicação**  
2161 **dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro:-** De Centro de  
2162 Assistência Cultura e Recreio de Paços da Serra, de Paços da Serra, para  
2163 Ampliação de Edifício – ERPI, SAD, Creche e CATL.

2164 - - - 5.2) **Deliberou a Câmara, por unanimidade, em conformidade com a**  
2165 **informação dos Serviços Técnicos e, em minuta, de modo a produzir**  
2166 **efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013,**



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2167 de 12 de setembro, proceder à aprovação do seguinte Projeto de  
2168 **APROVAÇÃO GLOBAL**, nos termos do art.º 102 – A e alínea c) do n.º 1 do  
2169 **art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a**  
2170 **republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro:-** De  
2171 António Afonso de Sousa, de União das Freguesias de Gouveia, para  
2172 legalização de Edifício – Habitação.

2173 - - - - **5.3) DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE (n.º 5 art.º 71.º do Decreto Lei**  
2174 **n.º 555/99, de 16 de dezembro):-** De Reencontro, Associação Social,  
2175 Educativa e Cultural, de Vila Nova de Tazem, para Reconstrução/Ampliação de  
2176 Edifício – Residência de Acolhimento.

2177 Usou da palavra o Senhor Presidente propondo ao executivo que este ponto  
2178 seja retirado da ordem de trabalhos, porquanto a entidade solicitou à Câmara  
2179 que lhe fosse atribuído mais um ano para poder dar início às obras. Este é um  
2180 imóvel que é propriedade do Município e que a Câmara, em articulação com a  
2181 Reencontro, pretende também colaborar, pois considera o investimento  
2182 previsto como sendo muito relevante para o concelho.

2183 No entanto, numa primeira fase, propuseram a cedência do direito de superfície  
2184 do imóvel mas, por razões que se prendem com a contratação de um  
2185 empréstimo por parte desta associação, que, aliás, já o terá praticamente  
2186 aprovado, a instituição bancária, para garantia do investimento, pretende que a  
2187 Associação detenha a propriedade plena do imóvel.

2188 Aquilo que transmitiram à Reencontro é que não têm pessoalmente ou em  
2189 termos de instituição qualquer intenção de obstaculizar a cedência do direito de  
2190 propriedade, o qual tem que ser deliberado pela Assembleia Municipal.  
2191 Contudo, essa cedência do direito de propriedade deve salvaguardar a  
2192 hipótese de não conclusão do investimento ou, eventualmente, o imóvel, daqui  
2193 por uns anos, poder ser utilizado para outros fins que não este a que está  
2194 direccionado. No fundo, estabelecer uma cláusula que salvaguarde esta  
2195 propriedade. Que seja disponibilizado, mas se, eventualmente, o investimento  
2196 não se concluir, por qualquer razão, o imóvel poder voltar à titularidade da  
2197 Câmara Municipal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2198 Nesta circunstância, foi auscultado a opinião de um consultor jurídico que está  
2199 a par do assunto, pelo que, brevemente, será realizada uma reunião entre as  
2200 partes e os respetivos consultores jurídicos de modo a se chegar a uma versão  
2201 final do documento para ser presente a reunião de Câmara e Assembleia  
2202 Municipal a fim de se ultrapassar esta situação.

2203 Mais informou que, em relação a esta declaração de caducidade, a Associação  
2204 Reencontro foi notificada em outubro de 2020 para se pronunciar sobre esta  
2205 possibilidade. Contudo, o que é certo é que, tempestivamente, não o fez.

2206 Todavia, tendo tido esta associação conhecimento do agendamento deste  
2207 ponto na ordem de trabalhos, veio requerer que lhe fosse concedido o prazo de  
2208 mais um ano para conclusão do processo.

2209 Perante esta solicitação da Reencontro, e tendo em conta que se trata de um  
2210 processo que está a decorrer entre a Câmara Municipal e a Associação em  
2211 relação a um projeto que a Câmara reconhece ser de extrema importância e de  
2212 enorme relevância para o concelho, propôs que este ponto fosse retirado da  
2213 ordem de trabalhos, sendo que, posteriormente, será submetido a reunião de  
2214 Câmara o documento que vai permitir a cedência da titularidade do imóvel.

2215 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador referindo que os  
2216 vereadores eleitos pelo partido socialista concordam que o ponto seja retirado.

2217 No entanto, pretendia questionar se para a camara isto é um projeto tão  
2218 importante como o Senhor Presidente frisou, porque é que estão desde o dia  
2219 22 de junho de 2020, data em que as duas diretoras da Reencontro estiveram  
2220 presentes numa reunião publica de camara, a propor essa solução e até à data  
2221 de hoje ainda não se deu uma resposta favorável ou não, ainda não se  
2222 encontrou um acordo para a cedência dessas instalações.

2223 Parece-lhe que este não é o primeiro caso que existe em Gouveia, já haverá  
2224 experiências anteriores, pelo que não percebe que seja assim tão difícil que  
2225 juridicamente se encontre a forma de salvaguardar a possibilidade de reversão  
2226 no caso de incumprimento por parte da Reencontro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2227 Pensa que já houve outros casos da Câmara ceder instalações a coletividades  
2228 e não percebe porque é que desde o dia 22 de junho de 2020 isso não foi  
2229 tratado.

2230 Respondeu o Senhor Presidente referindo que houve cedências de imóveis a  
2231 coletividades a título de comodato e não a título de cedência da propriedade do  
2232 imóvel. São coisas diferentes. Aqui prende-se com a cedência do direito de  
2233 propriedade do imóvel, não com o uso do imóvel.

2234 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador  
2235 referindo que quando foi da aprovação das Contas de 2019, os vereadores  
2236 eleitos pelo Partido Socialista questionaram da razão da Escola de São Pedro  
2237 não constar da lista dos edifícios propriedade da Câmara e aquilo que foi dito é  
2238 que essas instalações foram doadas à Sociedade Musical Gouveense Pedro  
2239 Amaral Botto Machado. Portanto não foi uma situação de comodato. Pretendia  
2240 saber se vai haver uma situação idêntica com a Reencontro.

2241 Respondeu o Senhor Presidente referindo que esse é o caso único de  
2242 cedência do direito de propriedade, não houve mais. E, neste caso da  
2243 Reencontro, a Câmara reconhece a importância do projeto, não só para a  
2244 associação, como para o concelho e para todos quantos possam vir a ser  
2245 beneficiados com a utilização daquele espaço. A Câmara está disponível para  
2246 a cedência do direito de propriedade, uma vez que a entidade bancária assim o  
2247 exige. Não são contra. Apenas aquilo que dissemos é que para salvaguarda da  
2248 titularidade do imóvel, por qualquer razão, se o projeto não tiver execução ou  
2249 outra situação que possa pôr em causa a execução do mesmo, então o imóvel  
2250 possa regressar ao património da entidade que o cedeu. Pensa que já existe  
2251 uma solução jurídica e é necessário que as partes se reúnam para elaborar o  
2252 documento que virá à próxima reunião de Câmara e Assembleia Municipal para  
2253 se resolver o assunto e viabilização do processo.

2254 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador  
2255 regozijando-se com o facto de estarem todos em concordância. Sabe que não  
2256 é suficiente a cedência do espaço a título de comodato e referiu que havia  
2257 outro caso. Havendo outro caso, já há uma experiência anterior como é que a



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2258 questão se resolveu, ou nesse outro caso não há cláusula de reversão? –  
2259 Perguntou. Não é um assunto virgem que justifique esta demora em os juristas  
2260 se entenderem quanto às cláusulas de reversão.

2261 Retorquiu o Senhor Presidente referindo que existe uma diferença nesse  
2262 processo, é que na doação à Sociedade Musical Gouveense nunca se colocou  
2263 a questão por parte da associação de necessidade de contratação de  
2264 empréstimo e do imóvel vir a servir como garantia desse empréstimo. Mas  
2265 certamente haverá uma cláusula de reversão. Pelo facto do Banco não ter  
2266 aceitado a cláusula de reversão, é que é necessário encontrar outra forma de  
2267 salvaguardar esta possibilidade, sem pôr em causa a garantia do banco sobre  
2268 o imóvel, por isso é que não foi tão linear e tão fácil.

2269 - Discutido o assunto, delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta de  
2270 modo a produzir efeitos imediatos, ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º  
2271 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com o requerimento fundamentado  
2272 apresentado pela requerente, que se encontra anexo à presente ata e dela fica  
2273 a fazer parte integrante, retirar o ponto da ordem de trabalhos e **conceder a**  
2274 **prorrogação de prazo por mais um ano relativamente ao início da obra,**  
2275 nos termos do n.º 2 do art.º 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro,  
2276 com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro,  
2277 uma vez que a requerente não beneficiou desta prerrogativa.

### 2278 **6. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**

2279 - - - - Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número **212**, referente ao  
2280 dia vinte e cinco de novembro, pelo qual se verifica a existência dos seguintes  
2281 saldos: **Em Operações Orçamentais** – Um milhão, setecentos e trinta e nove  
2282 mil, setecentos e oitenta e um euros e oitenta e nove cêntimos (**€1.739.781,89**).  
2283 **Em Operações Não Orçamentais** – Trezentos e noventa e um mil,  
2284 novecentos e setenta e quatro euros e três cêntimos (**€391.974,03**).

2285 - - - - Nos termos da legislação em vigor, ratificou a Câmara a realização de  
2286 despesas a que se referem as requisições números, 1875 a 1922, bem como  
2287 os pagamentos no montante de quinhentos e seis mil e oitocentos euros e sete  
2288 cêntimos (**€506.800,07**) a que se referem as Ordens de Pagamento números,



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2289 1041, 3028, 3033, 4004, 4038, 4276, 4326, 4386, 4418, 4428 a 4430, 4432 a  
2290 4457, 4459 a 4461, 4463 a 4469, 4471 a 4506, 4508, 4509, 4512 a 4514, 4516  
2291 a 4527, 4533 a 4543, 4545 a 4568, 4570 a 4574, 4577, 4579 a 4582, 4584,  
2292 4585, 4590, 4591, 4606 a 4620, 4624, 4625, 4627 a 4629.

### 2293 III. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

2294 - - - 1) **Dr. Pedro Maltez, de Vila Nova de Tazem:-** Regozijou-se pelo  
2295 trabalho que o Município tem realizado no combate à Covid-19, esperando que  
2296 tudo corra pelo melhor e que os casos diminuam.

2297 No que diz respeito ao Orçamento para 2021, apresentado anteriormente pelo  
2298 Senhor Presidente da Câmara, considera que, para além da Covid-19, existe  
2299 uma outra vida e uma outra ideia que tem que ser levada a cabo pelo nosso  
2300 Município.

2301 Pela introdução do Orçamento, pareceu-lhe que, no próximo ano, a  
2302 preocupação é apenas Covid-19. No seu entender não pode ser só isso,  
2303 entende que é importante pensar a longo prazo naquilo que são os  
2304 investimentos da Câmara Municipal e daquilo que considera importante ser a  
2305 estratégia do futuro do nosso concelho, principalmente, nas áreas que lhe são  
2306 mais familiares, como é a área do turismo. Gostaria de ter visto explanado no  
2307 Orçamento para 2021 projetos de grande relevo e importância para o nosso  
2308 futuro, porque acredita que, no futuro muito próximo, a vida continue e o  
2309 turismo possa retomar a sua atividade normal e que haja mais turistas no  
2310 nosso concelho para a retoma do comércio.

2311 Em algumas intervenções que tem vindo a fazer e, neste momento, enquanto  
2312 cidadão, no que diz respeito à freguesia de Vila Nova de Tazem, as obras que  
2313 se têm vindo a falar no Bairro Social, não consegue perceber se essas obras  
2314 são para avançar no Orçamento. O que é certo é que, em três anos de  
2315 mandato, não aconteceram e o que é certo também é que há pessoas que  
2316 ainda continuam a não ter casas de banho. É algo que o preocupa e é  
2317 importante haver uma medida pró-ativa para conseguirem ultrapassar essa  
2318 situação.

2319 Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que o trabalho que a Câmara



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2320 está a desenvolver em relação ao combate à Covid-19 é um trabalho que já  
2321 começou há muito tempo. Estão a fazê-lo e vão complementar com a aquisição  
2322 de testes rápidos. Amanhã mesmo vão adquirir mais 500 testes rápidos que,  
2323 em colaboração com enfermeiros do concelho, estão a permitir efetuar um  
2324 trabalho de rastreio em diversos pontos. Como aliás, hoje mesmo, ao final do  
2325 dia, vai ser realizado um rastreio em Vila Nova de Tazem a vilanovenses  
2326 ligados a diversas instituições, devido a situações que podem indiciar uma  
2327 situação mais complicada. Para além dos 40 testes já realizados da parte da  
2328 manhã com Bombeiros de Gouveia e com 4 bombeiros de Melo, para assim se  
2329 descortinar o mais cedo possível focos que possam existir e evitar cadeias de  
2330 transmissão comunitárias.

2331 No concelho de Gouveia, ao contrário do que aconteceu na primeira vaga,  
2332 neste momento temos cadeias de transmissão na comunidade, algumas delas  
2333 com pessoas que estão assintomáticas e não têm a noção que são portadoras  
2334 do vírus, mas nem assim deixam de ser fator de risco na transmissão do vírus.  
2335 A autarquia fez dois rastreios, um deles incluiu uma boa parte dos funcionários  
2336 do Município que resultaram na deteção de alguns casos, dois deles, no início  
2337 desta semana, tiveram que ser objeto de hospitalização, mas a situação está a  
2338 correr bem. Endereçou a estes dois casos em particular votos de rápidas  
2339 melhoras.

2340 Aquilo que a Câmara está a fazer é, com o recurso aos testes rápidos, tentar o  
2341 mais precocemente possível descobrir quaisquer surtos ou casos que possam  
2342 existir para evitar cadeias de transmissão na comunidade e, nessa medida, a  
2343 situação vir a tornar-se mais complicada. Estamos rodeados de concelhos com  
2344 números mais elevados e com problemas mais graves nesta matéria, mas  
2345 também temos a noção que temos gouveenses que diariamente se deslocam  
2346 para esses concelhos, seja por razões familiares, seja em trabalho e são  
2347 situações que podem ocasionar que sejam contaminados e trazer o vírus para  
2348 o concelho. Queremos atuar nessas situações e estar preparados para atuar  
2349 naquilo que são as nossas possibilidades.

2350 No que diz respeito ao Orçamento, já se pronunciou anteriormente aquando a



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2351 sua apresentação.

2352 - - - - Não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi  
2353 declarada encerrada a reunião, pelas dezanove horas e quarenta e cinco  
2354 minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, nos termos do n.º 1, do  
2355 Art.º 57.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a qual será submetida à  
2356 aprovação do Órgão Executivo, nos termos do n.º 2, do mesmo artigo.

2357

2358

**A Assistente Técnica**

2360

2361

2362

**A Câmara Municipal**

2364

2365

2366

2367

2368

2369

2370

2371

2372

2373

2374

2375

2376

2377

2378

2379

2380

2381